

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

ELENICE MARIA LARROZA ANDERSEN

O *TU* CONSTRUÍDO NO DISCURSO DO *EU*

Uma abordagem polifônico-discursiva da segunda pessoa

Porto Alegre

2006

ELENICE MARIA LARROZA ANDERSEN

O *TU* CONSTRUÍDO NO DISCURSO DO *EU*:

Uma abordagem polifônico-discursiva da segunda pessoa

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora, pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2006

AGRADECIMENTOS

Quero, nestas linhas, expressar a minha profunda gratidão àqueles que estiveram comigo nesta caminhada.

A Deus, meu Pai bondoso, que me abençoa e me capacita e que proporcionou todas as coisas necessárias para que eu pudesse chegar até aqui.

A meu esposo, Harley, por seu apoio e amor sempre constantes e incondicionais. Você é uma bênção!

A meus pais, Sadi e Carmen, pelo incentivo, amor e carinho em todos os momentos. Vocês moram no meu coração.

À professora Leci pela orientação, pelos ensinamentos e, principalmente, pela amizade.

À coordenação do Programa de Pós-graduação em Letras, pela dedicação e pelo sucesso do curso.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos.

A meus colegas de pesquisa, pelas discussões que, com certeza, levarei para as minhas futuras aventuras profissionais.

No princípio era aquele que é a Palavra.

João 1.1

RESUMO

Esta pesquisa trata da construção do *tu* nos enunciados proferidos pelo *eu*. Reconhece em Ducrot (1987; 1988; 2001) os princípios fundadores para a caracterização dos lugares de inscrição do *tu* no discurso, a partir de suas reflexões sobre linguagem e polifonia, e, em Donaire (2004), as bases para uma descrição comum do funcionamento da polifonia ducrotiana em diferentes níveis lingüísticos. Como resultado teórico, aponta para a apropriação da abordagem polifônico-discursiva para a análise do alocutário que o locutor constrói em seu discurso. Quanto às implicações pedagógicas, constata que essa proposta está em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, visto que contribui para o desenvolvimento da competência discursiva do aluno.

Palavras-chave: Alocutário. Enunciação. Polifonia. Discurso. Ensino.

RESUMEN

Este trabajo trata de la construcción del *tu* en los enunciados proferidos por el *yo*. Reconoce en Ducrot (1987; 1988; 2001) los principios fundadores para la caracterización de los lugares de inscripción del *tu* en el discurso, a partir de sus reflexiones sobre lenguaje y polifonía, y, en Donaire (2004), las bases para una descripción común del funcionamiento de la polifonía ducrotiana en los distintos niveles lingüísticos. Como resultado teórico, concluye que la perspectiva polifónico-discursiva es apropiada para el análisis del alocutor construido por el locutor en su discurso. Sobre las implicaciones para la práctica educativa, concluye que esa propuesta está en conformidad con los “Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa”, puesto que contribuye para el desarrollo de la competencia discursiva del alumno.

Palabras Clave: Alocutor. Enunciación. Polifonía. Discurso. Enseñanza.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	CAMINHOS POSSÍVEIS.....	12
2.1	O INTERLOCUTOR E A RETÓRICA.....	13
2.2	O LUGAR DO INTERLOCUTOR NA PRAGMÁTICA DE SEARLE.....	18
2.3	SEMIÓTICA E INTERLOCUTOR.....	21
2.4	O FUNCIONALISMO DE HALLIDAY E O PAPEL DO INTERLOCUTOR.....	25
2.5	O INTERLOCUTOR NA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO.....	29
2.6	O INTERLOCUTOR EM BRÉAL.....	32
2.7	TEORIAS ENUNCIATIVAS E O INTERLOCUTOR.....	34
2.8	CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSAS PROPOSTAS TEÓRICAS.....	45
2.9	TRÊS TRABALHOS OPORTUNOS.....	50
3	POR UM TRATAMENTO POLIFÔNICO-DISCURSIVO DO ALOCUTÁRIO.....	53
3.1	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: CONCEITOS-CHAVE.....	53
3.2	EM BUSCA DO ALOCUTÁRIO CONSTRUÍDO.....	56
3.2.1	Das diferentes definições de alocutário.....	56
3.2.2	Das marcas explícitas: Diferentes marcas para <i>eu</i> (locutor) e para <i>tu</i> (alocutário).....	61
3.2.2.1	O alocutário nas gramáticas.....	62
3.2.2.2	O alocutário em estudos lingüísticos	64
3.2.3	Da marcação implícita: o ponto de vista.....	70
3.2.4	Definindo o alocutário construído no discurso a partir de uma proposta polifônico-discursiva.....	83
4	METODOLOGIA E ANÁLISES.....	86
4.1	PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	90
4.1.1	<i>Corpus</i>	90

4.1.2	Etapas das análises.....	90
4.2	ANÁLISES.....	92
4.2.1	Análise 1.....	92
4.2.2	Análise 2.....	96
4.2.3	Análise 3.....	101
4.2.4	Análise 4.....	103
4.2.5	Análise 5.....	106
4.2.6	Análise 6.....	108
4.2.7	Análise 7.....	115
4.2.8	Análise 8.....	119
4.2.9	Análise 9.....	124
4.2.10	Análise 10.....	127
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: DA ABORDAGEM POLIFÔNICO- DISCURSIVA DO ALOCUTÁRIO AO ENSINO.....	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo os profissionais da educação instauravam discussões que revelavam profunda insatisfação com os resultados obtidos pela prática pedagógica vigente. Muitos estudos foram realizados com vistas à busca de soluções para os diferentes tipos de fracasso escolar, sempre se apoiando em referenciais teóricos que pudessem subsidiar essas reflexões. No entanto, muitos desses trabalhos eram desenvolvidos por grupos isolados, ou restringiam-se ao universo acadêmico. Dessa forma, não chegavam ao professor e, por conseguinte, não chegavam à sala de aula.

Dentro desse cenário, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o propósito de disponibilizar para o professor o acesso ao conjunto das reflexões atualmente realizadas que envolvem o ensino, bem como as propostas teóricas que as viabilizaram. Nesse sentido, os PCNs têm a finalidade de servir como referência para as discussões curriculares e de “contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas” (PCNs, 1998, p.13).

No que concerne às propostas de transformação do ensino de Língua Portuguesa, os PCNs afirmam que, para as práticas de ensino, tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem. Isso porque nesse material impera a idéia de que o domínio da linguagem é uma das condições para a possibilidade de participação social e, dessa forma, “toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva” (PCNs, 1998, p. 23). Segundo o documento oficial, a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva. Assim sendo, compreender o funcionamento das relações intersubjetivas torna-se necessário para que o aluno possa ter plena participação social.

Na parte que trata dos princípios organizadores dos conteúdos do ensino de língua portuguesa (p. 33-36), o documento pontua a articulação dos conteúdos em torno de dois eixos básicos, a saber, o uso da língua oral e escrita e a reflexão sobre a língua e a linguagem. O eixo “uso” refere-se aos aspectos que caracterizam o processo de interlocução. Dentro desses aspectos, aparece um item definido como a

“constituição do contexto de produção, representações de mundo e interações sociais”. Esse item focaliza o sujeito enunciador, o interlocutor, a finalidade da interação e o lugar e momento de produção. Os conteúdos do eixo “reflexão” foram desenvolvidos sobre os do eixo uso e referem-se “à construção de instrumentos para análise do funcionamento da linguagem em situações de interlocução, na escrita, leitura e produção, privilegiando alguns aspectos lingüísticos que possam ampliar a competência discursiva do sujeito”.

Com efeito, percebemos, no documento, a preocupação com os conteúdos que devem valorizar o uso da linguagem e a reflexão sobre esse uso, de modo que o aluno desenvolva sua competência discursiva e possa ter uma maior participação social. Por isso, os PCNs dão lugar especial para a interação, entendida como uma atividade discursiva que compreende o “dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução”.

Entretanto, nenhum dos itens constitutivos dos aspectos da interlocução apresentados pelos PCNs é desenvolvido, o que, naturalmente, não seria viável para um documento que objetiva apenas fornecer subsídios para discussões posteriores. Por essa razão, acreditamos ser proveitoso e necessário todo estudo que se dedique a repensar cada aspecto apresentado pelos Parâmetros, bem como os elementos que o compõem, engajando-se na proposta de incentivar o desenvolvimento da competência discursiva do aluno na escola.

Entre os elementos do aspecto “constituição do contexto de produção, representações de mundo e interações sociais”, pensamos que o estudo do interlocutor¹ é um dos que menos têm recebido atenção. Sabendo, porém, que o interlocutor é um elemento constitutivo da interação e que os alunos precisam reconhecer e compreender a presença dele no discurso para poderem analisar o funcionamento da linguagem nas relações intersubjetivas e, com isso, potencializar sua capacidade discursiva, acreditamos que um estudo aprofundado de como essa figura participa no discurso contribuirá para o trabalho dos professores comprometidos com a tendência atual.

Nessa perspectiva, instauramos esta problemática de estudo: a construção do alocutário no discurso do locutor. Nossa intenção é elaborar um construto teórico e

¹ Neste momento, utilizamos as palavras “interlocutor” e “alocutário” como sinônimas. Posteriormente, porém, estabeleceremos uma distinção entre esses vocábulos.

analítico que ofereça subsídios específicos para o tratamento do alocutário na interação pela linguagem². Dentro desse objetivo, pretendemos caracterizar os possíveis lugares de inscrição da pessoa com a qual se fala no discurso daquele que fala. Defendemos a idéia de que esse lugar não se dá apenas por meio das reconhecidas marcas explícitas de alusão ao interlocutor (pronomes, morfes número-pessoal, etc.), mas dá-se de múltiplas maneiras, quer por formas explícitas previstas ou não, quer por formas implícitas. Entendemos, inclusive, que todas as marcas lingüísticas gramaticalmente aceitas, tais como as formas de predicação, de nominalização, de adjetivação e de circunstancialização, podem funcionar, vez ou outra, como instrumentos lingüísticos que especificam o alocutário. Desse modo, um dos resultados possíveis deste trabalho poderá ser, até mesmo, um novo olhar sobre o tratamento da gramática em sala de aula. Outro resultado pretendido é mostrar que os interlocutores devem ser considerados nas atividades escolares de leitura, escrita e produção, uma vez que a descrição do sentido de um discurso depende dessa consideração e pode mudar se enfocados diferentes locutores e alocutários.

Quanto aos princípios teóricos, como a linha de pensamento dos PCNs contempla a linguagem em uso, inscrevemos o nosso estudo em uma perspectiva enunciativa. A teoria adotada é comumente denominada “Teoria Polifônica da Enunciação” de Oswald Ducrot (1988). Reconhecemos nesse autor os fundamentos necessários para a configuração do alocutário no discurso. Evidentemente, ainda que a proposta enunciativa de Ducrot preveja o alocutário, o autor não desenvolve uma teoria sobre essa pessoa. Contudo, a partir de sua obra, foi-nos possível desenvolver uma proposta teórico-metodológica para o resgate do alocutário construído no discurso do locutor. Considerando que, nos trabalhos ducrotianos, locutor e alocutário são também denominados *eu* e *tu*, respectivamente, utilizaremos alternadamente essa terminologia.

Destarte, para a efetivação da nossa proposta, este trabalho está dividido em três etapas. No primeiro capítulo, passamos em revista algumas teorias que, sob diferentes enfoques, contemplaram, de certa forma, a figura do interlocutor no funcionamento da linguagem. Nesse capítulo, discutimos o lugar que essas teorias

² Parece-nos que esse objetivo coaduna com o incentivo dos PCNs à confecção de instrumentos para a reflexão sobre o funcionamento da linguagem em situações de interlocução.

concederam ao interlocutor e explicitamos em que medida a nossa perspectiva se aproxima e se distancia delas, justificando a nossa escolha.

No segundo capítulo, discorremos sobre a atividade discursiva de interação pela linguagem segundo a abordagem de Ducrot, definindo e explicando as bases conceituais e metodológicas das quais nos valem. Para isso, compete-nos, nesse capítulo, “rastrear”, ao longo da obra do autor, os conceitos que permitem inferir o lugar do alocutário em sua teoria, uma vez que, como dissemos, Ducrot não elaborou propriamente um tratado acerca do *tu*. Para esse “rastreamento”, valemos, igualmente, da leitura que Donaire (2000; 2003; 2004) faz da obra ducrotiana. A importância dos estudos de Donaire está no fato de que essa autora apresenta, a partir de Ducrot, uma descrição comum para o funcionamento da polifonia em diferentes níveis lingüísticos. Esse capítulo é fundamental porque é o aporte para sustentar a nossa óptica de análise do alocutário a partir da instância implícita do “ponto de vista”. Assim, também revisamos e compendiamos trabalhos que elencam as formas lingüísticas da língua portuguesa que assinalam explicitamente a presença do alocutário para, em seguida, explicarmos por que o tratamento exclusivo em marcas explícitas não é suficiente para analisar o *tu* no discurso do *eu* e, com isso, argumentarmos em favor da nossa opção de análise dos implícitos do discurso.

No capítulo que segue, referente à metodologia e às análises, explicitamos os procedimentos metodológicos dos quais nos valem para testar a nossa proposta. Analisamos o alocutário construído pelo locutor em discursos reais e concluímos pela apropriação da abordagem polifônico-discursiva para o exame desse alocutário. Nesse capítulo, também discutimos sobre as implicações pedagógicas da nossa proposta para as atividades de leitura, de produção textual e de análise lingüística.

Explicada a estrutura organizacional desta tese, reiteramos que o nosso estudo não visa ao alocutário enquanto ser no mundo; o nosso recorte é o alocutário que aparece no interior do discurso do locutor, ou seja, o *tu* que o *eu* construiu. Esse recorte justifica a nossa opção teórica, como veremos, com mais clareza, no próximo capítulo, que revisa diferentes teorias que aludem ao alocutário e mostra por que não nos valem delas. Passemos, então, a essa discussão.

2 CAMINHOS POSSÍVEIS

O objetivo deste capítulo é revisitar alguns estudos que, de alguma forma, contemplam o lugar do interlocutor nas interações verbais, quer por considerar o seu papel de modo expreso, quer por apreciá-lo indiretamente ao teorizar sobre a linguagem. A apresentação dessas perspectivas faz-se necessária para (i) explicitar em que medida a nossa abordagem se assemelha ou diverge das demais e, com isso, (ii) legitimar a nossa opção. Ao nosso trabalho, porém, não cabe julgar nem censurar os estudos existentes, nem é essa a nossa intenção; antes, pretendemos levar o nosso leitor a compreender por que buscamos na abordagem enunciativa polifônico-discursiva princípios para analisar o alocutário construído no discurso do locutor. Entendemos que olhar o alocutário sob diferentes perspectivas favorece uma melhor compreensão desse objeto¹.

Reconhecida a grande extensão de trabalhos que se inscrevem no campo da interação pela linguagem, seria impossível compendiar todos os estudos existentes. Por essa razão, limitar-nos-emos a apresentar aqueles cujos postulados interessam à nossa discussão. Sabemos que, com essa seleção e com o enfoque exclusivo sobre o interlocutor, corremos o risco de simplificar demasiadamente as teorias. Contudo, acreditamos que essa breve revisão é necessária para que possamos, posteriormente, esclarecer alguns pontos da nossa abordagem.

No rastreo dos postulados sobre o interlocutor, enquadraremos díspares domínios, a saber, a Retórica, a Pragmática, a Semiótica, o Funcionalismo, a Análise do Discurso e as Teorias da Enunciação. Após essa explanação, procederemos à discussão específica das convergências e distinções entre as aludidas teorias e a nossa investigação. À guisa de encerramento, examinaremos três trabalhos desenvolvidos no Brasil que também se fundam em noções enunciativas para analisar o interlocutor, contrapondo-os à nossa proposta.

¹ Flores (2001, p. 58), por exemplo, ao discursar sobre a lingüística da enunciação, diz que “não existe um fenômeno lingüístico *a priori* a ser estudado, mas qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras lingüísticas pode receber o ‘olhar’ da lingüística da enunciação, basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação.”

2.1 O INTERLOCUTOR E A RETÓRICA

A Retórica Clássica alicerçava-se no convencimento de um auditório da justeza de uma causa. Nela, dispunha-se a elucidar a arte de falar bem, que se associava ao falar (ou escrever) de modo persuasivo. Nesse sentido, eram estudados os meios discursivos de ação sobre um auditório, a fim de levá-lo a aderir às teses apresentadas. Por essa razão, muitos de seus princípios lançam luz sobre a figura do interlocutor. Aristóteles, um dos maiores representantes dessa filosofia, concentrou esforços no desvelar do fazer persuasivo, isto é, da ação direta do falante sobre o ouvinte.

Em oposição à herança sofística, que não se preocupava com a verdade do dito, Aristóteles acabou por revelar o seu modo de conceber a linguagem humana². Entre as suas discussões acerca da linguagem, interessam-nos, particularmente, as que fazem menção ao interlocutor, quer dizer, as relativas à retórica e aos aspectos lingüísticos envolvidos no ato de “persuadir”³.

Para Aristóteles, a linguagem define a essência humana, sendo a dimensão própria do homem. Esse modo de compreender a linguagem influenciará a sua caracterização da Retórica como a faculdade de descoberta do que é persuasivo. De acordo com o filósofo, a fala do locutor é uma forma de ação específica e particular de convencer, o que faz com que a relação entre orador e ouvinte seja mais uma relação de ação verbal orientadora do que de transmissão de informação. Com isso, orador (quem fala), ouvinte (para quem fala) e assunto (de que fala) são realidades indissociáveis, determinantes da mensagem global.

² De acordo com Santos (2002), as reflexões lingüísticas de Aristóteles não são apreendidas explicitamente. Em suas palavras: “A tarefa de expor tal tema [a linguagem], seria em muito facilitada se nosso filósofo [Aristóteles] tivesse escrito um tratado sobre a questão. Mas tal tratado não existe, pelo menos como existem, de sua autoria, tratados sobre a Física, a alma e a natureza do intelecto, a Zoologia e mesmo tratados sobre ética, além de outros tantos” (Santos, 2002, p. 80). Dessa forma, apenas no conjunto das obras é possível encontrar os elementos para a compreensão da linguagem em Aristóteles.

³ Como o nosso interesse, neste capítulo, reside nas questões referentes ao interlocutor, não nos deteremos em explicitar as reflexões aristotélicas sobre outras questões que também se inserem no âmbito da lingüística, tais como, a sua posição em relação aos elementos que compõem a linguagem (letra, sílaba, conetivo, nome, verbo, caso, frase, etc.) e a sua discussão sobre o naturalismo e o convencionalismo lingüístico, entre outras.

Contudo, é o ouvinte que determina o objetivo do discurso (Aristóteles, 1998, p. 63). O ouvinte é, forçosamente, o espectador ou o juiz daquilo que aconteceu ou do que vai acontecer. Disso decorrem três tipos de gêneros de discursos retóricos:

a) o deliberativo: aquele no qual pode haver exortação ou dissuasão. Refere-se ao que vai acontecer (futuro), tendo por fim o que é conveniente e o que é prejudicial;

b) o forense: aquele no qual pode haver acusação ou defesa. Relaciona-se aos fatos acontecidos (passado), tendo por fim aquilo que é justo ou injusto;

c) o de exibição: aquele no qual pode haver louvor ou reprovação. Refere-se aos acontecimentos atuais (presente) – ainda que, muitas vezes, seja necessário recordar o sucedido e conjecturar sobre o que há de vir – tendo por fim o que é honroso ou desonroso (Aristóteles, 1998, p. 64).

Como podemos observar, o ouvinte, o tempo e os fins são os critérios dos quais se vale Aristóteles para diferenciar os gêneros. Entre esses critérios, a especificação do ouvinte é o fator principiante e primordial na definição dos gêneros. Assim, tanto no que se refere à mensagem global quanto à existência de gênero de discurso podemos afirmar que, na retórica aristotélica, (i) o interlocutor tem papel diferenciado, não é mero receptor da mensagem e que (ii) apesar de Aristóteles abordar a ação direta do falante sobre o ouvinte, seu raciocínio é bidirecional, pois considera o tipo de ouvinte como ponto de partida para a organização do discurso do locutor.

A Retórica de Aristóteles alavancou o surgimento de teorias recentes, que reaproveitaram criticamente suas idéias. Entre essas teorias, podemos citar a Nova Retórica de Perelman, que abre espaço para o questionamento do papel do interlocutor no diálogo.

Para nós, interessa, inicialmente, o fato de que Perelman (1997) discursa sobre o método dialético utilizado por Platão para a apresentação de teses filosóficas, defendendo-o de algumas críticas, relativas ao espaço atribuído ao interlocutor nos diálogos. Perelman cita as críticas que dizem que, no método dialético de Platão, o consentimento do interlocutor é, na verdade, o consentimento do próprio Platão. Perelman refuta-as e justifica Platão dizendo que, nesse método, o interlocutor é apenas “um mero títere cujos fios o autor puxa da forma que lhe

parece ser a mais apropriada” (Perelman, 1997, p. 48), uma vez que a concordância dos interlocutores é o ponto de partida para a argumentação. Essa concordância consiste na expressão de uma adesão generalizada às proposições em questão, proposições efetivamente aceitas em dado meio, mas que poderiam não usufruir do favor geral em outro contexto histórico e social. Com isso, a adesão expressa dos interlocutores é indispensável para o progresso do raciocínio. Quanto às novas teses, vinculadas às precedentes, elas serão integradas ao conjunto das opiniões geralmente aceitas (Perelman, 1997, p. 52). Assim sendo, o lugar do interlocutor nessa espécie de diálogo não é o de um simples defensor de seu ponto de vista pessoal, mas sim o da expressão da opinião “razoável” de seu meio.

Outro aspecto da proposta de Perelman que permite observar o lugar dado ao interlocutor em sua teoria refere-se às suas considerações sobre a argumentação, entendida como uma ação do indivíduo orador sobre um indivíduo ouvinte.

No princípio dessa discussão, Perelman afirma que as filosofias contemporâneas reconhecem que a escolha de uma forma lingüística não é pura arbitrariedade, nem uma mera cópia da realidade; ao contrário:

As razões que nos fazem preferir uma conceituação da experiência, uma analogia a alguma outra, dependem da nossa visão de mundo. A forma não é separável do fundo, a linguagem não é um véu que basta afastar ou tornar transparente para perceber o real tal como é: ela é associada a um ponto de vista, a uma tomada de posição. Quando o autor não se exprime, à maneira de um matemático, por meio de uma linguagem artificial, que ele pode ter criado do começo ao fim, mas utiliza a linguagem natural de uma comunidade de cultura, ele adota, em todos os pontos que não modificou explicitamente, as classificações e as avaliações que essa linguagem carrega consigo. E essa adesão tácita às teses implícitas na linguagem é ainda mais inevitável porque o discurso do filósofo, na medida em que leva em conta seu auditório, deve, para evitar qualquer mal-entendido e qualquer contra-senso, prevenir os leitores de todo uso que se afasta do hábito (Perelman, 1997, p. 180).

Como podemos observar, o filósofo reconhece que as escolhas lingüísticas não evidenciam a realidade, mas manifestam a assunção de uma determinada posição, tendo-se em vista um auditório⁴. Essa postura ressalta o lugar do auditório na Nova Retórica de Perelman: o de elemento decisivo na configuração do discurso.

⁴ De acordo com Perelman, as filosofias clássicas, diferentemente do ponto de vista retórico, não demonstram muito interesse por seu auditório, nem se esforçam para adaptar-se a ele. Antes, pedem que o leitor faça um esforço de ascese para obter acesso à verdade. Além disso, o recurso a idéias

A importância do auditório (para nós – o alocutário) ainda é percebida nas afirmações de Perelman de que o ponto de vista retórico em filosofia é caracterizado pela preocupação fundamental com as opiniões e os valores do auditório, ao qual o orador se dirige, e também com a intensidade de adesão do auditório a cada uma das teses evocadas pelo orador. É interessante notarmos que o filósofo também explicita as particularidades do discurso, cujo auditório é somente um ouvinte. Vejamos:

Quando o auditório é constituído por apenas um ouvinte – identificando-se esse ouvinte, na deliberação íntima, com o próprio orador –, é essencial saber quais são as opiniões e os valores aos quais o orador pode basear o seu discurso, de modo que este último tenha uma ascendência garantida sobre a personalidade de seu ouvinte. Assim é que uma mesma pessoa, que adere simultaneamente a vários grupos sociais e às teses que lhes exprimem o ponto de vista, será solidária, em graus variáveis, com diversos auditórios como, por exemplo, o dos patriotas, dos proprietários, dos socialistas, dos pais de família, dos funcionários, dos católicos, etc. Se, a propósito de uma determinada tese, esses diversos auditórios reagem da mesma forma, essa concordância fortalece a adesão à tese de que se trata, e o orador pode, sem receio de ser contestado, tomá-la como ponto de partida de sua argumentação. Mas se, sobre uma questão, esses diversos auditórios tiverem opiniões diferentes, será essencial saber com qual desses auditórios o ouvinte se sente mais solidário, e qual é a opinião que prevalecerá em caso de conflito (Perelman, 1997, p. 181).

Segundo Perelman, o problema do orador é menor quando o auditório é constituído por apenas um ouvinte. Quando, porém, o orador está diante de vários ouvintes, emergem algumas interrogações relativas a como se dirigir a um grupo de modo a ganhar a adesão de cada qual, ou pelo menos de todos os que o orador pretende persuadir. Perelman diz que essa tarefa é simplificada quando o orador dirige seu discurso a um tipo de auditório escolhido previamente e exemplifica com os casos de auditório especializado, como, entre outros, os constituídos por juízes que devem aplicar o direito de seu país, por sindicalistas que devem defender seus interesses profissionais ou por membros de um ou de outro partido político. Para o filósofo, é possível reduzir os ouvintes a um determinado tipo de auditório sempre que o orador só precise recorrer a certas opiniões e a certos valores, considerados como únicos relevantes, permitindo-se o desprezo dos demais. Quanto mais

intemporais e universais, como a verdade, a razão e a evidência, permitia dispensar a adesão efetiva do auditório (Perelman, 1997, p. 180, 181).

especializadas forem as teses em questão, quanto mais isoladas dos outros problemas, mais aceitável é esse modo de agir sobre o auditório.

Contudo, Perelman garante que a consideração do auditório sob um aspecto particular e esquemático só é eficaz quando se trata das teses particulares. Quando as questões debatidas implicam, se não o conjunto, ao menos aspectos diferentes da personalidade dos ouvintes, esse modo de encarar o auditório é raramente bem-sucedido, de modo que cada ouvinte pode reagir de maneira imprevisível, segundo a sua maior ou menor solidariedade com os diversos auditórios ao qual concomitantemente pertence (Perelman, 1997, p. 182). Essa é, de acordo com o autor, a situação em que se encontram os oradores que tratam de questões filosóficas.

Para resolver esse problema da infinidade de ouvintes que se apresenta aos filósofos, Perelman recorre à crítica à unicidade da verdade e à defesa do pluralismo dos valores, da multiplicidade de modos de ser razoável⁵:

Uma filosofia retórica constata não só a existência de diversas concepções do auditório universal, mas também o fato de cada homem razoável ser não só membro do auditório universal, mas também de uma pluralidade de auditórios particulares a cujas teses adere com uma intensidade variável. (...) O que caracteriza o discurso filosófico (...) é que ele visa a todos os homens razoáveis, e que cada um destes tem, portanto, o direito de contestá-lo. (...) As razões dadas por cada filosofia para aceitar sua visão das coisas, suas definições, classificações e avaliações, se dirigirão a um auditório que já aceita certas teses graças às quais os fatos alegados se tornam razões pró ou contra uma determinada tomada de posição (Perelman, 1997, p. 184 - 186).

A partir desses pensamentos, argumentamos que há em Perelman evidências de (a) atribuição de um papel essencial ao interlocutor na composição discursiva, (b) reconhecimento de que as opiniões e convicções do interlocutor são estimadas pelo orador, (c) discernimento quanto à existência de um interlocutor ideal e (d) consciência das especificidades dos discursos dirigidos a um indivíduo em particular,

⁵ Perelman (1997) procede a essa crítica remetendo à idéia tradicionalmente aceita de que o discurso filosófico é um discurso que se dirige à razão, faculdade intemporal e invariável, comum a todos os seres racionais, de forma que uma proposição evidente para a razão de um ser humano deve ser evidente para todos e reconhecida como indubitavelmente verdadeira. O desacordo entre os homens indica que a proposição não é imediatamente evidente e deve ser provada. Se aprovada por uma mente atenta, isso é suficiente para que a proposição evidente seja considerada verdadeira, o que torna desnecessária a preocupação com o auditório. Caso o auditório não estivesse efetivamente convencido, isso se devia a elementos perturbadores que o impediam de perceber a evidência objetiva da proposição.

ou a um público coletivo. Essas evidências, como veremos, também serão consideradas por nós, mas a partir de um ponto de vista lingüístico, segundo os fundamentos ducrotianos.

Com efeito, por ora, podemos sumarizar as contribuições da Retórica Clássica, na perspectiva aristotélica, e da Nova Retórica de Perelman para o nosso estudo do interlocutor, dizendo que ambos os filósofos atribuíram ao interlocutor um lugar de orientação discursiva do locutor. No entanto, conforme observa Ducrot (2001b), a retórica serve-se da linguagem apenas para chegar aos seus propósitos e, desse modo, permanece externa à linguagem.

Isso posto, revisemos, agora, um ponto de vista pragmático acerca do interlocutor.

2.2 O LUGAR DO INTERLOCUTOR NA PRAGMÁTICA DE SEARLE

No interior da Filosofia da Linguagem, emergem as reflexões da Lingüística Pragmática. Filósofos como Austin, Searle e Strawson dedicaram-se ao estudo das ações humanas realizadas por intermédio da linguagem. É assim que surgem as ponderações sobre os atos de fala, proposta que abre espaço para a consideração do interlocutor nas interações. Como na nossa investigação seria inviável realizar um tratado pragmático da figura do interlocutor, entre os estudiosos dessa linha de pesquisa, selecionamos um representante, a saber, Searle⁶.

Em *Os actos de fala*, Searle (1981, p. 26) apóia-se na hipótese de que falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regida por regras. Sendo a adoção de um comportamento, falar uma língua é executar atos de fala, tais como, fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, promessas, etc., e de um modo mais abstrato, atos como referir e predicar. De acordo com Searle, esses atos geralmente são possíveis devido a certas regras para o uso de elementos lingüísticos, e é em conformidade com elas que se realizam. Em suma, toda a comunicação lingüística envolve atos lingüísticos e, por isso, o autor contestará a consideração do símbolo,

⁶ Como dissemos no início deste capítulo, com a nossa seleção, corremos o risco de simplificar demasiadamente as teorias. Desculpamo-nos, antecipadamente, pela exclusão de outros representantes da área.

da palavra ou da frase como unidade de comunicação. Para ele, a unidade básica ou mínima da comunicação são os atos de fala.

Ao discursar sobre os atos de fala, Searle apresenta um conjunto de condições necessárias e suficientes para a realização de tipos particulares desses atos, com o objetivo de extrair, dessas condições, conjuntos de regras semânticas que governam a utilização dos processos lingüísticos que indicam o tipo de fala ao qual pertencem as enunciações. A fim de explicitar os diferentes tipos de fala existentes, ele parte dos seguintes exemplos:

- a) João fuma muito.
- b) João fuma muito?
- c) Fuma muito, João!
- d) Oxalá João fumasse muito.

Para descrever a enunciação dessas frases pelo falante, Searle parte da interrogação “O que diremos que o falante está a fazer quando enuncia cada uma delas?” (Searle, 1981, p. 34). Como resposta, diz que proferindo (a) o falante faz uma asserção, em (b), faz uma pergunta, em (c) dá uma ordem e em (d) expressa uma vontade ou um desejo. Quando realiza cada um desses quatro atos, o falante refere-se a um determinado objeto, João, e predica, a propósito desse objeto, a expressão “fuma muito”. Assim, na enunciação das quatro frases, a referência e a predicação são as mesmas, ainda que, em cada caso, a mesma referência e a mesma predicação ocorram como partes de um ato de fala completo que é diferente de qualquer dos outros três (Searle, 1981, p. 34). Desse modo, o autor separa as noções de referir e predicar das noções de atos de fala completos como asseverar, perguntar, ordenar, etc., uma vez que a mesma referência e a mesma predicação podem ocorrer na realização de diferentes atos de fala completos, que são os atos ilocucionais.

Ao lado dos atos ilocucionais, Searle apresenta os atos de enunciação (que se referem ao enunciar palavras, morfemas, frases), os atos proposicionais (atos de referir e predicar) e os atos perlocucionais (que são, em certo sentido, os efeitos que os atos ilocucionais têm sobre as ações, os pensamentos, ou as crenças dos ouvintes, como, por exemplo, ao sustentar um argumento, podemos persuadir ou

convencer alguém). Devemos sublinhar, porém, que todo ato de fala é, ao mesmo tempo, ilocucional, proposicional e perlocucional.

Tendo em vista o objetivo deste capítulo, concentrar-nos-emos na discussão searlina dos atos ilocucionais e, em especial, dos atos de fala diretos e indiretos, tal como aparecem em *Expressão e significado, Estudos da teoria dos atos de fala* (Searle, 1995, p. 47-95).

Para Searle (1981, p. 45), muitos tipos de atos ilocucionais podem ser representados por esta fórmula geral: F (p), em que a variável “F” indica a força ilocucional, e “p” designa o conteúdo proposicional. Isso confirma que o autor distingue a força ilocucional de uma emissão do seu conteúdo proposicional. Esses atos ilocucionais podem ser realizados explicita (com o uso de performativos) ou implicitamente (sem o uso de performativos, mas com a possibilidade de resgatá-lo).

Afora isso, há a distinção entre os atos de fala diretos e os indiretos. De acordo com Searle (1995, p. 47), os casos mais simples de significação são aqueles em que, ao emitir uma sentença, o falante pretende significar exata e literalmente o que está dizendo:

Nesses casos, o falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucionário no ouvinte, e tem a intenção de produzir esse efeito levando o ouvinte a reconhecer sua intenção de produzi-lo, e tem a intenção de levar o ouvinte a reconhecer essa intenção em virtude do conhecimento que o ouvinte tem das regras que governam a emissão da sentença (Searle, 1995, p. 47).

Entretanto, nem todos os casos de significação são tão simples. De acordo com o autor, existem casos de insinuações, ironias e metáforas, entre outros, em que a significação da emissão do falante e a significação da sentença não coincidem em muitos aspectos. Para exemplificar, Searle cita os casos em que o falante emite uma sentença, quer significar o que diz, mas quer, ainda, significar uma outra elocução com conteúdo proposicional diferente, como em “Você pode passar o sal?”, que demonstra que o falante não está apenas pretendendo que seja uma pergunta, mas um pedido para que se passe o sal. Nesses casos, a emissão tem duas forças ilocucionais, e o ato ilocucional é realizado indiretamente, por meio da realização de um outro ato.

Discorrendo sobre esses atos de fala indiretos, Searle levanta o problema de como é possível para o falante dizer alguma coisa, querer significá-la, mas querer,

ainda, significar algo mais. Ademais, como a significação consiste, em parte, na intenção de produzir no ouvinte a compreensão, outra parte desse problema é entender como é possível para o ouvinte compreender esse ato de fala indireto. Por conseguinte, Searle (1995, p. 50) desenvolve a hipótese de que em atos de fala indiretos, o falante comunicaria ao ouvinte mais do que o que realmente diz, “contando com a informação de base, lingüística e não lingüística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte”.

Assim sendo, os efeitos pretendidos pelo locutor por meio de um ato de fala só é alcançado se o interlocutor for capaz de captar a sua intenção, isto é, se reconhecer a força ilocucional do seu ato. De aí resulta o nosso entendimento de que o lugar do interlocutor, nessa teoria, é, prioritariamente, o de sujeito interpretante. Além disso, é importante atentarmos para o fato de que Searle coloca a intenção de produzir no ouvinte a compreensão como parte da significação, o que, de certo modo, representa a consideração do alocutário. Retomaremos essa discussão posteriormente.

Passemos, agora, à caracterização do interlocutor a partir da Semiótica.

2.3 SEMIÓTICA E INTERLOCUTOR

Para aludir ao lugar ocupado pelo interlocutor nos estudos semióticos, consideraremos, especificamente, a obra de Patrick Charaudeau (1983), uma vez que esse autor reflete sobre o ato de linguagem como ato inter-enunciativo e, ao fazê-lo, propõe-se a definir os protagonistas da linguagem, entre os quais, o interlocutor.

Em um primeiro momento, Charaudeau designa o sujeito que produz o ato de linguagem por EU, e o sujeito interlocutor desse ato de linguagem por TU. Contudo, o autor especifica que esse TU não é um simples receptor da mensagem, uma vez que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que ele tem sobre as circunstâncias de discurso e, por conseguinte, sobre o EU. Esse TU-interpretante (TU') não coincide com o TU-destinatário (TU), ao qual se dirige o EU. Pela sua

interpretação, o TU-interpretante remete ao EU uma imagem (EU') diferente daquela que EU pretendia ser.

Com isso, o autor apresenta uma importante distinção quanto ao lugar do interlocutor da enunciação, bifurcado em TU-destinatário e TU-interpretante. O EU se dirige a um TU-destinatário que ele acredita ser adequado ao seu propósito lingüístico (a aposta) e, descobrindo que o TU-interpretante não é o mesmo que ele tinha imaginado (fabricado), ele se descobre um outro EU (EU'), sujeito falante fabricado pelo TU-interpretante.

Esse desdobramento das figuras EU e TU permite a Charaudeau entender o ato de linguagem como um encontro dialético entre dois processos, a saber, o processo de produção e o processo de interpretação, e não como um simples ato de comunicação resultante apenas da produção de uma mensagem por um Emissor dirigido a um Receptor. O processo de produção refere-se ao EU dirigindo-se a um TU-destinatário (TUd). O processo de interpretação refere-se ao TU-interpretante (TUi) que constrói uma imagem EU' do emissor. Disso decorre que o ato de linguagem é um ato inter-enunciativo entre quatro protagonistas, o lugar de encontro imaginário entre dois universos de discurso distintos.

Para precisar o que chama de protagonistas da linguagem, Charaudeau diz que o TUd é o interlocutor fabricado pelo EU como destinatário ideal, adequado a seu ato de enunciação. Nesse sentido, pertence ao EU o domínio total, porque põe o TU em um lugar em que supõe que sua intenção de fala será totalmente transparente ao TUd. Assim, sempre haverá um TUd – ou vários – presente em um ato de linguagem, ainda que não esteja explicitamente marcado.

Quanto ao TUi, Charaudeau o define como um ser que age fora do ato de enunciação produzido pelo EU, mesmo intervindo no ato de linguagem. Por ser o sujeito responsável pelo processo de interpretação, o TUi escapa ao domínio do EU. Nesse sentido, enquanto o TUd é suposto estar numa relação de transparência com a intencionalidade do EU, o TUi se encontra em uma relação de opacidade a essa intencionalidade, uma vez que não é uma criatura do EU. Como consequência, o TUi (a) só depende de si mesmo; (b) é instituído no próprio instante em que põe em ação um processo de interpretação; e (c) está sempre presente em um ato de linguagem, mas não no processo de produção de discurso.

Para ilustrar essa caracterização, o autor cita a expressão “Saia!”. Para ele, essa expressão não implica um TUi, mas um TUd, instituído como “sujeito que deve

executar”. Por outro lado, o TUi pode transgredir essa ordem, não executando-a. Ou pode obedecer-lhe, identificando-se com o TUd⁷. A tarefa do TUi em seu ato interpretativo é, portanto, resgatar a imagem do TUd que o EU colocou e, dessa forma, aceitar (identificação) ou recusar (não-identificação) o *status* do TUd fabricado pelo EU.

Apesar de o nosso interesse se concentrar na figura do interlocutor, faz-se necessário mencionar o desdobramento do EU em sujeito enunciador (EUE) e sujeito comunicante (EUC), uma vez que esse desdobramento do EU está vinculado ao do TU. Para Charaudeau, o EUE, visto como processo de produção, é uma imagem de enunciador construída pelo produtor de fala (EUC), uma marca de intencionalidade do EUC, existindo no e pelo ato de produção-interpretação. Já o EUC é um sujeito que age instituindo-se como emissor e articulador da fala. É o iniciador do processo de produção por ele construído em função das circunstâncias de discurso que o ligam ao TU e ao ELE, e que constituem sua intencionalidade (Charaudeau, 1983).

De forma resumida, o autor diz que o EUE e o TUd são sujeitos que falam e que se realizam e se instituem na fala configurada. O EUE é o responsável pelo *efeito de fala* produzido sobre o Interpretante. Esse efeito depende do que é o TUi e, por essa razão, é o TUi que, em retorno, constrói uma imagem do EUE. Assim sendo, o EUE é sempre uma imagem de fala que oculta mais ou menos o EUC. Este, ao lado do TUi, por sua vez, é um sujeito que age, exterior ao ato de fala configurado, mas organizando-o. O EUC é o iniciador responsável pelo ato de produção e a relação EUC-EUE produz um efeito *pragmático* sobre o Interpretante. Esse EUC é uma *testemunha do real*, mas dependente, nesse lugar de real, do conhecimento que o TUi tem dele.

Esses desdobramentos fazem com que o ato de linguagem, em sua totalidade, seja composto de dois circuitos de produção: o circuito da fala configurada e o circuito externo à fala configurada. No primeiro caso, encontram-se seres de fala que são instituídos como imagem de sujeito enunciador (EUE) e de sujeito destinatário (TUd), conforme um saber relacionado às representações

⁷ Para Charaudeau (1983), essas circunstâncias de discurso são *contratos de fala*. Quando o EU produz o ato de linguagem, ele propõe um contrato de fala, que o TUi pode aceitar (colocando-se no lugar do TUd), ou recusar (não se identificando com TUd), e, assim, promovendo uma afronta ao EU. No entanto, o autor acrescenta que o TUi é mais ou menos livre em suas reações, uma vez que depende de um conjunto de circunstâncias de discurso que fazem com que se encontre em uma certa relação de força quanto ao EU, o que o leva a calcular os riscos de suas reações possíveis.

linguageiras das práticas sociais. No segundo, encontram-se seres que agem, instituídos como imagem de sujeito comunicante (EUc) e de sujeito interpretante (TUi), consoante um saber que se refere ao conhecimento da organização do “real”, o psico-social, que sobredetermina esses protagonistas (Charaudeau, 1983).

Em decorrência dessa oposição entre quatro protagonistas da linguagem, advém uma pergunta: o que significa, então, analisar um ato de linguagem? O autor responde afirmando que a análise de um ato de linguagem não pode se resumir à intenção do sujeito comunicante (EUc), uma vez que o único objeto de observação de que dispõe o sujeito analisante é um texto já produzido. Assim, o autor discute se a análise consideraria apenas o ponto de vista do sujeito interpretante. No entanto, para ele não há dilema nessa questão, porque analisar um texto não significa dar conta apenas do ponto de vista do sujeito comunicante, nem apenas do ponto de vista do sujeito interpretante. Analisar um texto é dar conta dos *possíveis interpretativos* que surgem no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação, o *sujeito analisante*, que é um *coleccionador* de pontos de vista interpretativos e que extrai desses pontos de vista, por comparação, constantes e variáveis (Charaudeau, 1983). Esses *possíveis interpretativos* são constituídos por testemunhas das práticas sociais que caracterizam um grupo ou uma comunidade humana, ou seja, são representações languageiras das experiências que têm os indivíduos que pertencem a esses grupos, como sujeitos individuais e coletivos.

Nessa breve resenha da proposta de Charaudeau, verificamos que o autor realça o espaço de um *tu* ativo na análise da linguagem, mostrando que não apenas o *eu* o constrói, como também o *tu* constrói o *eu*. Afora isso, a percepção de que há um lugar de desdobramento do *tu* em TUD e TUi, algo não considerado em muitos trabalhos que se destinam ao estudo da interação pela linguagem, sem dúvida, qualifica, distingue e notabiliza o seu estudo. No entanto, para realizar tal distinção, ele recorre ao que chama de circuito interno e circuito externo da linguagem, o que, como explicaremos mais adiante, não resolve a nossa problemática de verificar apenas o *tu* inscrito no interior do discurso. De qualquer forma, compartilhamos da sua idéia de não-singularidade do *tu*, isto é, de que o *tu* é uma figura desdobrável⁸.

Vejamos, agora, uma abordagem funcionalista.

⁸ Sobre a enunciação em Charaudeau, ver Giering (2004).

2.4 O FUNCIONALISMO DE HALLIDAY E O PAPEL DO INTERLOCUTOR

A gramática funcional de M. A. K. Halliday (1985) é uma gramática de base firthiana⁹, que vê na oração a unidade fundamental de comunicação e que se interpreta metafuncionalmente. Segundo Halliday, os componentes fundamentais do significado na língua são funcionais.

Halliday afirma que a sua gramática é considerada funcional porque dá conta de como a linguagem é usada. Ele esclarece que qualquer coisa que seja dita ou escrita (qualquer texto) desenvolve-se em algum contexto de uso e que, inclusive, é o uso da língua que, através dos tempos, constituiu o sistema. Assim, a língua evoluiu para satisfazer as necessidades humanas e, por conseguinte, o modo como ela se organiza não é arbitrário, mas funcional em relação a essas necessidades. Com isso, uma gramática funcional é uma gramática “natural” no sentido de que qualquer coisa pode ser explicada por referência a como a linguagem é usada.

Outra razão por que a sua gramática é considerada funcional é o fato de os componentes do significado serem funcionais. Esses componentes fundamentais do significado, também denominados metafunções, são, de acordo com Halliday, as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da língua, a saber, entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associado a esses, há o componente textual, que está relacionado ao método de desenvolvimento do texto (Halliday, 1985, p. xiii).

A metafunção ideacional diz respeito à oração como representação do mundo, ao uso da linguagem com a finalidade de representar nossa experiência – processos, pessoas, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações. Resumidamente, essa função refere-se ao uso de um processo, que se dá pela escolha de um verbo, ao qual se associam papéis (pessoas e objetos envolvidos no processo) e circunstâncias.

Contudo, para descobrir o papel do interlocutor na perspectiva hallidayana, interessam-nos, especificamente, as metafunções interpessoal e a textual; esta, porque também compreende uma parte interpessoal.

⁹ Teoria sistêmica de John Rupert Firth, que é uma teoria do significado como escolha.

A metafunção interpessoal refere-se à oração enquanto troca, isto é, observa-se a oração organizada como um evento interativo envolvendo falante e ouvinte. A análise, nesse caso, concentra-se naquilo que entra em jogo quando as pessoas estão interagindo. Em outras palavras, a função interpessoal relaciona-se ao papel desempenhado e ao *status* ocupado pelos participantes e expressa as relações sociais e pessoais desses papéis desempenhados nas interações.

Nesse tipo de função, a oração pode ser segmentada em modo e resíduo. Dentro do modo, cada oração tem um sujeito e um elemento finito. O sujeito consiste de um componente nominal, mas não é necessariamente determinado pelo sujeito sintático. De acordo com a interpretação de Moura Neves (1997) acerca dessa metafunção hallidayana, o sujeito é determinado pela função interacional da linguagem, porque escolher o sujeito implica determinar se ele será o falante, o ouvinte, ou nenhum dos dois. O finito é o responsável pelo relacionamento da proposição com o contexto discursivo, por referência ao tempo da fala ou ao julgamento do falante.

Na interação, os indivíduos trocam entre si os papéis de falante e ouvinte. Enquanto falante, o indivíduo seleciona o modo de seu enunciado e o sujeito da oração. O modo expressa as relações interpessoais. Pelo modo, o falante define seu papel em relação ao interlocutor, com a pretensão de algum tipo de retorno: o falante escolhe entre declarar, perguntar, ordenar, pedir, oferecer, confirmar, etc. Assim sendo, o modo fornece a distinção entre os tipos de interação: orações declarativas, interrogativas ou imperativas. Isso significa que, na interação, pode-se trocar informação (modo indicativo) ou trocar bens e serviços (modo imperativo). No caso da troca de informação, a expressão se dá pela presença do sujeito mais o finito, e a escolha pode ser entre dar informação (no caso das orações declarativas) ou pedir informação (no caso das interrogativas). Na troca de bens e serviços, o falante escolhe entre oferecer algo ou dar comandos. Na seleção do sujeito, por outro lado, o falante compõe orações para as quais escolhe um sujeito que pode ser ele próprio (primeira pessoa), o interlocutor (segunda pessoa) ou nenhum dos interlocutores (terceira pessoa). Vejamos estes exemplos:

- (1) Eu estou cansado.
- (2) Passa-me o sal.
- (3) Você estuda em casa?

(4) Quem tem feito o trabalho pela manhã?

Nesses exemplos, pode-se perceber a oração enquanto forma de interação, partindo-se das escolhas do falante em relação ao modo e ao sujeito. Em (1), há uma oração declarativa, na qual se troca uma informação, e o falante se coloca como sujeito. O exemplo (2) ilustra o uso do modo imperativo, com a troca do tipo “bens e serviços”, em que o falante dá um comando, na expectativa de provocar alguma reação no ouvinte, que é determinado como sujeito. O exemplo (3) é, assim como o (1), uma troca de informação, mas a oração é interrogativa, com o ouvinte como sujeito. O exemplo (4) é, também, um pedido de informação. No entanto, (3) e (4) diferem porque (3) é uma interrogativa do tipo polar (que pede uma resposta do tipo “sim” ou “não”) e (4) é uma interrogativa que usa um auxiliar interrogativo.

No que se refere ao resíduo, que é a outra parte do significado interpessoal, a constituição se dá pela presença de um predador, que pode se associar com complementos e/ou adjuntos. Aparentemente, não há uma característica funcional no resíduo. Talvez, os complementos e adjuntos possam ser os que entram com a função interpessoal. Para esclarecer a distinção modo-resíduo, bem como suas subdivisões, tomemos (4) como exemplo. Nesse caso, o modo é *quem tem*. Ele subdivide-se em sujeito (*quem*) e finito (representado por *tem*). O resíduo é *feito o trabalho pela manhã*. No resíduo, há um elemento predador (*feito*), um complemento (*o trabalho*) e um adjunto (*pela manhã*).

A metafunção textual codifica a oração enquanto mensagem. Nessa função, tem-se o sistema de tema, que organiza a mensagem de modo a mostrar que aquilo que está no ponto de partida da oração se relaciona com a parte antecedente. Esse ponto de partida da oração é definido como tema. O restante da mensagem é o rema. A oração como mensagem é, portanto, organizada como tema acompanhado de rema.

Na proposta de Halliday, essa organização é expressa posicionalmente, ou seja, o tema aparece na posição inicial, e o rema o segue. Porém, não é a posição que define o tema, pois, para o autor, os elementos lingüísticos devem ser interpretados funcionalmente. Nesse sentido, a primeira posição revela, na verdade, o meio pelo qual a função do tema é expressa. O tema é, assim, aquilo que é selecionado pelo falante como ponto de partida para a organização da mensagem, podendo ser um grupo nominal, adverbial ou preposicional.

Não obstante essas considerações, o que nos interessa na metafunção textual é o fato de que o tema de uma oração pode ser múltiplo. Isso nos importa porque quando o tema é múltiplo, ele apresenta um significado interpessoal. De acordo com Halliday, o tema múltiplo pode ser tripartido em textual, interpessoal e ideacional. A parte ideacional é definida como tema tópico. Este pode ser reconhecido como o primeiro elemento na oração que expressa algum significado representacional. Nesse sentido, o tema ideacional é o referente. Além disso, é o tipo de tema que sempre aparece. A parte textual e a interpessoal podem estar presentes ou não. O tema textual quase sempre constitui a primeira parte do tema. É o responsável pelo estabelecimento das relações contextuais. Dessa forma, pode ser um elemento coordenativo, coesivo ou relativo. O tema interpessoal reflete a ação do falante em relação ao ouvinte por meio da língua, como no caso dos adjuntos modais¹⁰.

Um exemplo de tema múltiplo é *e, sinceramente, a empresa vai bem*. Nesse exemplo, *e* corresponde ao tema textual, *sinceramente*, ao interpessoal, e *a empresa*, ao ideacional. Quanto ao tema interpessoal, ele é representado pelo adjunto modal *sinceramente*, que, segundo Halliday, reflete a ação do falante sobre o ouvinte.

Efetivamente, podemos afirmar que o interlocutor aparece na abordagem hallidayana, a partir das escolhas do locutor para a constituição do significado interpessoal da oração. Esse significado aparece quando o falante escolhe quem será o sujeito funcional da oração (o papel desempenhado pelos participantes da interação) e o modo do seu enunciado (o tipo de retorno esperado do interlocutor). Ademais, aparece, na composição do tema interpessoal, presente no significado textual, em que o falante demonstra a sua ação sobre o ouvinte por meio da língua. Contudo, como veremos nas considerações sobre a teoria, o lugar dado ao alocutário na análise de Halliday (sujeito, modo, tema interpessoal) difere do que

¹⁰ É importante sublinharmos, porém, que Halliday afirma não haver correspondência direta entre forma e função, isto é, a mesma forma pode ter diferentes funções, e a mesma função pode ter diferentes formas. Para ele, o certo é que quase sempre um constituinte tem mais que uma função ao mesmo tempo, ou seja, os constituintes são multifuncionais. Todo elemento que participa da oração pode ter funções específicas em cada componente do significado. Em uma oração como *o garoto comeu a merenda*, por exemplo, *o garoto* é ator na perspectiva ideacional, mas é também sujeito e tema, nas perspectivas interpessoal e textual, respectivamente. De acordo com Halliday, esse princípio é a chave para uma interpretação funcional da estrutura gramatical. Assim sendo, a teoria hallidayana deixa a proposta de que os padrões de forma não existem por si, e, conseqüentemente, uma gramática funcional deve observar como as expressões se combinam para portar significado.

pretendemos dar, principalmente porque recorreremos a outros sinais de presença do alocutário não previstos pelo autor.

2.5 O INTERLOCUTOR NA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO

Pêcheux (1997), na célebre obra *Análise Automática do Discurso*¹¹ examina as condições de produção do discurso. Em um primeiro momento, apresenta e contesta os “esquemas” que se destinam à descrição extrínseca do comportamento lingüístico (por oposição à análise intrínseca da cadeia falada). Entre eles, retoma o “esquema informacional” de Jakobson, que põe em cena os protagonistas do discurso (destinador e destinatário) e o seu referente. Para Pêcheux, a teoria da informação considera uma seqüência verbal emitida por A em direção a B como uma mensagem em forma de transmissão de informação. O autor contesta essa posição, mostrando sua preferência pelo termo *discurso*, que, segundo ele, não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. Partindo dessa afirmação, enuncia os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso e ingressa em uma explanação mais detalhada sobre os elementos A e B, o que permite o conhecimento do lugar do interlocutor em sua abordagem.

Inicialmente, Pêcheux faz questão de ressaltar que os elementos A e B não designam a presença física de organismos humanos individuais, mas que esses elementos designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. O feixe de traços característicos desses lugares pode ser descrito pela sociologia, como o caso do lugar do “patrão” (diretor, chefe de empresa, etc.), do funcionário de repartição, do operário, no interior da esfera da produção econômica, que são marcados por propriedades diferenciais determináveis (Pêcheux, 1997, p. 82).

Em seguida, o autor defende que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Com isso, introduz a noção de “formações imaginárias”:

¹¹ O texto original data de 1969.

Seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 1997, p. 82).

Pêcheux acrescenta que, se isso é verdade, existem regras de projeção nos mecanismos de qualquer formação social, que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Isso não significa que essa correspondência seja biunívoca, ou seja, diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, bem como uma mesma situação pode ser representada como várias posições. Esse fato se dá conforme determinadas leis, que podem ser reveladas por uma investigação sociológica, e não ao acaso.

Sendo assim, o autor endossa a existência das formações imaginárias em todo processo discursivo e as esboça deste modo:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
<p style="text-align: center;">$I_A(A)$</p> <p style="text-align: center;">↗</p> <p>A</p> <p style="text-align: center;">↘</p> <p style="text-align: center;">$I_A(B)$</p>	<p>Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A</p> <p>Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A</p>	<p>“Quem sou eu para lhe falar assim?”</p> <p>“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”</p>
<p style="text-align: center;">$I_B(B)$</p> <p style="text-align: center;">↗</p> <p>B</p> <p style="text-align: center;">↘</p> <p style="text-align: center;">$I_B(A)$</p>	<p>Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B</p> <p>Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B</p>	<p>“Quem sou eu para que ele me fale assim?”</p> <p>“Quem é ele para que me fale assim?”</p>

Quadro 1 – Esboço das formações imaginárias (Pêcheux, 1997, p. 83)

A partir desse esboço, Pêcheux demonstra como a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Às condições de produção, adiciona o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso, sempre ressaltando que se trata de um objeto imaginário, isto é, do ponto de vista do sujeito e não da realidade física. Disso, resulta um segundo esboço:

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I _A (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	I _B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Quadro 2 – Esboço do contexto nas condições de produção (Pêcheux, 1997, p. 84)

Assim, todo processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, baseando nela a estratégia do discurso. Por se tratar de antecipações, esses valores são precedentes às eventuais “respostas” de B, o que sanciona as decisões antecipadas de A. Para Pêcheux, essa antecipação de B por A é dependente da distância que A supõe haver entre A e B. Nesse sentido, distinguem-se formalmente os discursos em que o orador quer transformar o ouvinte, como nas tentativas de persuasão, e aqueles cujo orador e ouvinte se identificam, como, por exemplo, o “pisar de olhos” manifestando acordo.

Devemos ressaltar, ainda, que o autor afirma que as diversas formações resultam de processos discursivos anteriores, que provêm de outras condições de produção e que deixaram de funcionar, mas originaram as “tomadas de posição” implícitas que garantem que o processo discursivo em foco seja possível. Desse modo, a percepção do referente, do outro e de si mesmo é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”. Por essa razão, cabe à sociologia do discurso verificar a ligação entre as relações de força, que são exteriores à situação do discurso e as relações de sentido que se manifestam nessa situação, o que evidencia as variações de dominância.

Encerrando essa rápida revisão de como o interlocutor aparece em Pêcheux, queremos dizer que seus postulados corroboram os de outros autores (como Charaudeau, por exemplo), relativamente à instituição de uma imagem anterior do interlocutor no discurso. Veremos, posteriormente, que, na nossa proposta, também consideraremos a existência de uma imagem configurada pelo locutor de seu interlocutor. Entretanto, para este momento, basta afirmarmos que, excetuadas as evidentes divergências teóricas entre os aludidos autores e Ducrot, os argumentos que vêm sendo arrolados em favor da existência de uma imagem prévia do interlocutor presente na construção do discurso favorecem a nossa defesa de que uma análise enunciativa pode incluir a verificação do interlocutor que o locutor constrói em seu discurso.

2.6 O INTERLOCUTOR EM BRÉAL

Nessa revisitação das teorias que permitem contemplar o interlocutor, não poderia faltar a exposição do trabalho de Michel Bréal (1992, p. 157-161), principalmente porque esse autor é reconhecidamente inspirador da teoria enunciativa de Benveniste, que por sua vez, inspirou Ducrot¹².

No capítulo intitulado *O elemento subjetivo* da sua obra *Ensaio de Semântica Ciência das Significações*, Michel Bréal discursa sobre o aspecto subjetivo da linguagem. De acordo com Bréal, esse aspecto é a intervenção do produtor (autor) que reiteradamente intervém na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal.

O aspecto subjetivo é representado por palavras ou membros de frase, formas gramaticais e pelo plano geral de nossas línguas. Assim, uma série de advérbios, adjetivos e membros de frase é intercalada para mostrar as reflexões e apreciações do narrador. Entre essas expressões, Bréal destaca aquelas que marcam a maior ou menor certeza ou confiança daquele que fala, a saber, *sem*

¹² Para um estudo mais detalhado sobre as relações entre as propostas de Benveniste e de Ducrot, ver Barbisan (2004a; 2004b) e D'Ávila (2004).

*dúvida, talvez, provavelmente, seguramente, etc.*¹³. Para o autor, em um enunciado como “A esta hora, sem dúvida, ele já chegou”, a expressão “sem dúvida” não diz respeito ao viajante, mas ao produtor do enunciado.

A partir dessas ponderações, Bréal (1992, p. 158) critica a análise lógica tal como era praticada nas escolas. De acordo com ele, esse tipo de análise não percebeu que todo discurso “um pouco vivo” pode tomar o caráter de um diálogo com o leitor, como quando os pronomes são lançados no meio de uma narrativa, cujo narrador, de modo súbito, assume o ar de tomar à parte seu auditório. Eis aí uma breve inserção do interlocutor no estudo de Bréal.

Em seguida, o autor mostra outras representações do aspecto subjetivo da linguagem: as conjunções, os verbos, nas suas flexões modais, temporais e pessoais e os pronomes.

As conjunções que dizem respeito à parte subjetiva são as que marcam os diferentes membros do raciocínio, fazendo apelo ao entendimento e tomando-o como testemunho da verdade do encadeamento dos fatos. Assim, elas divergem das palavras que servem para expor os próprios fatos.

Em relação ao verbo, o autor considera que a mistura dos dois elementos é mais perceptível. Ele cita as afirmações dos gregos de que os modos servem para marcar as disposições da alma e ilustra com o caso do subjuntivo e do optativo, que demonstra estarem entranhadas tanto a idéia da ação quanto o desejo de quem fala. Quanto ao futuro latino, Bréal diz que anunciar o que será não é senão expressar nossos desejos, dúvidas ou crenças. Já no imperativo, o elemento subjetivo mostra-se mais facilmente, porque ele une à idéia da ação, a idéia da vontade daquele que fala. Assim, definir o verbo como uma palavra que exprime um estado ou uma ação deixa escapar uma boa parte do seu conteúdo, a parte mais delicada e característica (Bréal, 1992, p. 160).

Ainda se referindo aos verbos, Bréal afirma que é surpreendente a manifestação do elemento subjetivo nas pessoas. A primeira se reserva de modo absoluto, opondo, pois, a sua individualidade ao resto do universo. A segunda não nos distancia ainda muito de nós mesmos, visto que a sua única razão de ser é achar-se interpelada pela primeira (eis aí uma segunda consideração sobre o interlocutor). Com efeito, só a terceira pessoa representa a porção objetiva da

¹³ Para o autor, todas as línguas possuem uma provisão de advérbios desse gênero. O grego, por exemplo, é largamente provido deles (Bréal, 1992, p. 157).

linguagem. Esta se deixa explicar muito bem, enquanto aquelas apresentam as maiores dificuldades à análise etimológica. Analogamente, essas considerações podem ser feitas a respeito dos pronomes.

Para concluir, Bréal diz que a fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, nem para as considerações desinteressadas, mas para expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou as coisas. Esses empregos da linguagem foram os primeiros, o elemento subjetivo é o mais antigo. Assim, o elemento subjetivo não consiste de um termo acessório, mas de uma parte essencial que é o fundamento primordial ao qual o restante foi sucessivamente ajuntado (Bréal, 1992, p. 161).

Seguindo o raciocínio de Bréal, é evidente que o autor se concentra na subjetividade da linguagem. Entretanto, aparentemente, Bréal considerava a intersubjetividade. Se nossa leitura é correta, quando o autor afirma que a análise lógica não viu que todo discurso “um pouco vivo” pode tomar o caráter de diálogo com o leitor, inclusive com o narrador podendo tomar à parte seu auditório, há uma assunção de um aspecto dialógico da linguagem, ainda que de forma incipiente. Além disso, outra expressão que nos parece revelar essa pré-ciência é quando o autor assume que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Dela, podemos inferir que a segunda pessoa está constituída no discurso da primeira, o que pode ser compreendido como um aspecto intersubjetivo. No entanto, como dissemos, é inegável que Bréal dispensa maior atenção ao estudo da subjetividade e dos elementos lingüísticos que a representam. Voltaremos a Bréal nas considerações sobre as teorias.

2.7 TEORIAS ENUNCIATIVAS E O INTERLOCUTOR

Como já dissemos, nosso trabalho inscreve-se na teoria enunciativa de Oswald Ducrot. Por se tratar de uma teoria da enunciação, poderíamos limitar-nos a apresentá-la nesta subseção. Entretanto, apesar de haver um núcleo comum nos estudos que contemplam a enunciação, há aspectos divergentes em seus preceitos, o que permite utilizar, até mesmo, a expressão plural *teorias da enunciação*. Flores e Teixeira (2005), por exemplo, propõem a expressão *teorias da enunciação* (no

plural) e *lingüística da enunciação* (no singular), destacando, por um lado, a diversidade de teorias que pertencem ao campo da enunciação e, por outro, os traços comuns às teorias que permitem inscrevê-las em um domínio do saber. Assim, apesar da unidade enquanto domínio do saber, entendemos que podemos encontrar, nessas teorias, diferentes pontos de vista relativos à concepção do interlocutor e do papel por ele desempenhado na interação. Por essa razão, acreditamos ser necessário incluir, nesta revisão bibliográfica, a discriminação entre algumas teorias enunciativas, enfocando, especialmente, o lugar do interlocutor. As teorias revisitadas são as de Bakhtin, Benveniste e Kerbrat-Orecchioni,

Uma das teorias enunciativas bastante difundida e de ampla aceitação no meio lingüístico é a de Mikhail M. Bakhtin. Para nós, importam, na teoria desse autor, as concepções relativas à enunciação, ao dialogismo e à (inter)subjetividade¹⁴.

Para Bakhtin, a linguagem é considerada “enunciação”, “interação”, com destaque à sua natureza social. E a enunciação consiste no “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (Bakhtin, 1992, p. 112). Partindo dessa concepção de linguagem, Bakhtin entra na configuração dos lugares do locutor e do interlocutor na enunciação.

De acordo com o autor, a palavra é dirigida a um interlocutor. Ela é a função da pessoa desse interlocutor e variará se a pessoa pertencer ou não ao mesmo grupo social, se for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos. Ainda que esse interlocutor não seja real, ele pode substituir o representante médio do grupo social do locutor. Segundo Bakhtin, não há interlocutor abstrato, uma vez que não seria possível ter uma linguagem comum com tal interlocutor. Com isso, a palavra é orientada em função de um interlocutor definido.

Bakhtin diz que a palavra comporta duas faces, pois é determinada tanto por se dirigir a alguém, quanto por proceder de alguém. Assim, ela constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte, servindo de expressão a um em relação ao outro.

¹⁴ É importante mencionarmos que não vamos esgotar a discussão sobre o interlocutor na proposta de Bakhtin. Por limites de espaço, nossa leitura restringe-se a *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o que, certamente, não é suficiente para definir o interlocutor em sua obra. Porém, acreditamos que, por meio desse texto, é possível oferecer, ao nosso leitor, uma visão geral do interlocutor em Bakhtin que satisfaz os nossos propósitos. Outro aspecto que precisamos mencionar é que, não cabe a nós, neste trabalho, tomar posição, em meio aos debates atuais, sobre a efetiva autoria dos textos bakhtinianos. Deixamos, para trabalhos futuros, uma pesquisa mais aprofundada sobre o interlocutor em Bakhtin e Ducrot.

Pela palavra, o indivíduo se define em relação ao outro, e, em última instância, em relação à coletividade. “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor”. Desse modo, “a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin, 1992, p. 113).

Partindo dessas constatações, Bakhtin também define o locutor, afirmando que, apesar de a palavra não lhe pertencer, ele é incontestavelmente o único dono da palavra, que é sua propriedade inalienável.

À continuação, o autor assevera que a palavra do locutor, enquanto signo, é extraída de um estoque social de signos disponíveis e que a própria realização desse signo social na enunciação concreta é determinada pelas relações sociais. Assim, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (Bakhtin, 1992, p. 113). Dessa forma, qualquer que seja a enunciação, na sua totalidade ela é socialmente dirigida e determinada pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos. São os participantes e a situação mais imediatos que determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação: “os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (Bakhtin, 1992, p. 114).

Essa perspectiva social também determinará a concepção bakhtiniana de língua. Para ele, a língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada por meio da enunciação. E, entre as formas da interação verbal, o diálogo é o que o autor destaca.

Em um primeiro momento, o autor afirma que a palavra diálogo pode ser entendida, em um sentido amplo, como toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. Assim, o livro (ato de fala impresso) é também um elemento da comunicação verbal:

Ele é objeto de discussões ativas sob forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior (...). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária” (Bakhtin, 1992, p. 123).

Com isso, o autor propõe que o discurso escrito é parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala, uma vez que responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Em seguida, Bakhtin apregoa que qualquer enunciação é apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta, que constitui somente um momento na evolução contínua de um grupo social determinado. Disso decorre o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – a situação imediata e o contexto social mais amplo. Desse modo, o autor sustenta que a comunicação verbal só pode ser compreendida e explicada por meio do vínculo com a situação concreta e, portanto, a análise das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal precisa conceber a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico. A estrutura da enunciação é, pois, uma estrutura fundamentalmente social, isto é, produz-se de substância discursiva social e só se torna efetiva entre falantes.

Alguns comentários cabem, neste momento, quanto à figura do interlocutor na perspectiva bakhtiniana. Ao se propor a estudar a linguagem como enunciação, e a enunciação como o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados, o autor confere ao interlocutor um lugar central. Isso é ratificado pela constatação de que a palavra não pertence exclusivamente ao locutor. Ela é dirigida a um interlocutor e variará consoante o lugar (grupo, laços, hierarquia) social ocupado por esse interlocutor. Além disso, ela permite que o indivíduo se defina em relação ao outro, ou até mesmo, em relação à coletividade. Disso decorre que o locutor só pode se constituir pelo reconhecimento do interlocutor.

Bakhtin também permite a percepção de uma variedade de interlocutores, uma vez que estes podem ser individuais ou coletivos, explícitos ou implícitos, bem como não reais, por intermédio da substituição do representante médio do grupo social do locutor. Lembremos, no entanto, que, para o autor, o interlocutor nunca será abstrato, o que ressalta a essencialidade do seu reconhecimento na composição da interação.

Outro aspecto interessante no trabalho de Bakhtin é a percepção de que o locutor deve levar em consideração o seu interlocutor e manifestar essa apreensão no seu discurso. Isso é percebido quando o autor estima a escrita como uma forma de diálogo, definindo-a como parte integrante de uma discussão ideológica em

grande escala que responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc., em relação ao interlocutor.

Esses postulados bakhtinianos, bem como a posição de relevo que o autor dá ao interlocutor, reconhecendo a sua importância e indispensabilidade para o exame da enunciação, aproximam-se do nosso ponto de vista. Suas proposições são proveitosas para todo estudo que se interesse pelo papel do interlocutor e, por isso, obrigatoriamente devem ser revisitadas, como o fizemos aqui. Retomaremos essas proposições em seguida.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*¹⁵, datado de 1946, Benveniste propõe que uma teoria lingüística da pessoa verbal só pode ser constituída segundo as oposições que diferenciam as pessoas, resumindo-se na estrutura dessas oposições. Um primeiro ponto para a análise dessas oposições é a dessemelhança entre a terceira pessoa e as duas primeiras. Essa desigualdade é atestada, em um primeiro momento, a partir das definições das pessoas empregadas pelos gramáticos árabes: a primeira pessoa é “aquele que fala”, a segunda é “aquele a quem nos dirigimos”, e a terceira é “aquele que está ausente”. Essas definições, segundo o autor, revelam que nas duas primeiras pessoas há, ao mesmo tempo, “uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa”; na terceira, no entanto, “essa forma é excetuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam” (Benveniste, 1995, p. 250). Nas palavras do autor:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’ (Benveniste, 1995, p. 250).

Benveniste atesta que a terceira pessoa alude a alguém ou a alguma coisa, mas não a alguma pessoa específica. Falta-lhe o elemento pessoal. Por essa razão, “a ‘terceira pessoa’ não é uma ‘pessoa’; é, inclusive, a forma verbal que tem por função exprimir a ‘não-pessoa’” (Benveniste, 1995, p. 251).

Destarte, encontramos aqui um fundamento importante sobre o lugar de aproximação entre *eu* e *tu*: *tu* é aquele a quem *eu* se dirige; ambos, *eu* e *tu* estão no

¹⁵ Recomendamos também a leitura de *A natureza dos pronomes* (Benveniste, 1995, p. 277-283).

cerne da interação pela linguagem e, como tal, possuem o traço pessoal como característica própria. *Eu* e *tu* são os únicos passíveis de ser entendidos como “pessoa estrita”. Além disso, *tu* não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do *eu*, o que demonstra que o *eu* é constitutivo do *tu*, ou seja, o *tu* só existe no *eu*, não tem voz senão a partir do *eu*. Disso decorre que qualquer exposição analítica do *tu* subentende uma análise do *eu*; quando se fala sobre o *tu*, necessariamente, se fala sobre o *eu*. Esse pensamento será aproveitado em nossa análise.

A aproximação do *eu* ao *tu*, viabilizada pela oposição ao *ele*, é definida por Benveniste como correlação de pessoalidade, isto é, “eu-tu” possui a marca de pessoa e “ele” é privado dela (Benveniste, 1995, p. 254). Uma das características que assinalam essa marca de pessoa a *eu* e a *tu* é a sua unicidade específica. Tanto o *eu* que enuncia quanto o *tu* ao qual *eu* se dirige são cada vez únicos. O *ele*, por outro lado, pode ser uma infinidade de sujeitos, ou nenhum. Outra característica é que *eu* e *tu* são inversivos: “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’”. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’”, pois “‘ele’ em si não designa nada nem ninguém” (Benveniste, 1995, p. 253).

Não obstante a evidente aproximação entre *eu* e *tu*, a partir da correlação de pessoalidade, a estrutura das relações pessoais da língua também inclui uma oposição interna a essa categoria. *Eu* e *tu* também se opõem um ao outro. Para Benveniste, “é preciso e é suficiente que se represente uma *pessoa* que não ‘eu’ para que se lhe atribua o índice ‘tu’” (Benveniste, 1995, p.255). Por essa razão, “toda *pessoa* que se imagine é da forma ‘tu’, muito particularmente – mas não necessariamente – a *pessoa* interpelada” (Benveniste, 1995, p. 255). Além disso, *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo. É, ainda, sempre transcendente com relação a *tu*, visto que “quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’ que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’” (Benveniste, 1995, p. 255). Nesse sentido, o *tu* é definível como a *pessoa* não subjetiva, em face da *pessoa* subjetiva que *eu* representa.

A relação *eu-tu* também é explicitada em *Da subjetividade da Linguagem* (1958), texto cujas reflexões asseguram a continuidade das definições de *eu* e de *tu*. Primeiramente, Benveniste questiona se a linguagem é realmente um instrumento

de comunicação. Para ele, comparar a linguagem com um instrumento põe o homem em oposição à natureza, pois um instrumento é algo material, fabricado e não está na natureza. A linguagem, pelo contrário, está na natureza do homem. O homem não pode ser atingido separado da linguagem e, assim, é a linguagem que ensina a própria definição do homem.

De acordo com o autor, a prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere que algo está sendo trocado. A linguagem apresenta disposições que a tornam apta a servir de instrumento, tais como, transmitir uma ordem, uma pergunta, um anúncio e provocar no interlocutor um comportamento. No entanto, está-se atribuindo à linguagem uma função que, em realidade, pertence à palavra, isto é, ao discurso. É a palavra que assegura a “comunicação” e está habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas atualização (Benveniste, 1995, p. 284, 285).

Essas reflexões permitem que Benveniste afirme que é na linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque “só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (Benveniste, 1995, p. 286). Essa subjetividade é definida como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste, 1995, p. 286). É a unidade psíquica que assegura a permanência da consciência, é a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem estabelecida pelo *status* lingüístico da pessoa: é “ego” que¹⁶ diz “ego”.

Por outro lado, a consciência de si mesmo, viabilizada pela linguagem, só é experimentada por contraste. Quando um locutor apresenta-se como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso, ele propõe, necessariamente, outra pessoa, que será na sua alocução um *tu*. *Eu* só pode ser empregado dirigindo-se a alguém, a *tu*. Nesse sentido, *eu* e *tu* são termos complementares, segundo uma oposição interior/exterior, e não podem ser concebidos um sem o outro.

Benveniste esclarece que a linguagem é profundamente marcada pela expressão da subjetividade e que o estudo das línguas, em particular, corrobora esse fato. O autor atesta que não há língua sem expressão da pessoa; nunca faltam os pronomes pessoais entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região. *Eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado,

¹⁶ O original francês “Est *ego* qui dit *ego*” poderia, talvez, ser mais bem traduzido se, em lugar do relativo *que* (é *ego que* diz *ego*), fosse utilizado o relativo *quem* (é *ego quem* diz *ego*), o que, a nosso ver, esclareceria melhor o sentido da proposição.

designando-lhe o locutor e só pode ser identificado na instância de discurso, porque a realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. E, ao apropriar-se da língua, o locutor se enuncia como sujeito. Assim, pois, a subjetividade está no exercício da língua (Benveniste, 1995, p. 287, 288).

Em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, Benveniste incorpora várias noções expostas em textos anteriores, sustentando ou redefinindo-as. O princípio subjacente às discussões do autor é o de que as condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua¹⁷. Esta é um mecanismo total e constante, enquanto aquela não pode ser reduzida a um modelo fixo.

No que se refere à enunciação, o lingüista diz que ela é definível como o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, quer dizer, é o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é o objeto de análise. É o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta determinando os caracteres lingüísticos da enunciação.

A utilização da língua pelo ato individual introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua é apenas possibilidade de língua, mas depois da enunciação, é “efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita outra enunciação de retorno” (Benveniste, 1989, p.84). Sendo uma realização individual, a enunciação é, em relação à língua, um processo de apropriação, em que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor. Porém, ao declarar-se como locutor e assumindo a língua, ele implanta o outro diante de si, “qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (p. 84).

Com efeito, podemos destacar as reflexões benvenistianas que se aproximam à nossa proposta¹⁸. A primeira refere-se ao fato de o alocutário não poder ser pensado fora de uma situação proposta a partir do *eu*, de modo que o *eu* é constitutivo do *tu*, ou seja, o *tu* só existe no *eu*, ele não tem voz. A segunda,

¹⁷ Recomendamos também a leitura de *A forma e o sentido na linguagem* (Benveniste, 1989, p. 220-242).

¹⁸ A propósito, convém mencionar a pesquisa *A enunciação em tiras* (2004/2005), desenvolvida pelo Grupo de Estudos do Discurso da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul (PUCRS), sob a orientação da professora Leci Borges Barbisan e o trabalho de Meller (2005) como exemplos de estudos que conjugam a teoria enunciativa de Benveniste com a de Ducrot.

relaciona-se ao já mencionado fato de que na enunciação o locutor implica necessariamente um outro, ou seja, um *tu*. Benveniste deixa pistas de que a enunciação pode postular um alocutário implicitamente, não importando o grau de presença atribuído a ele. Disso, podemos inferir que o autor previu a possibilidade de um alocutário interior ao discurso e a existência de diferentes graus de presença desse *tu* em enunciações diversas. Voltaremos a essa discussão nas considerações sobre as teorias¹⁹.

A abordagem de Kerbrat-Orecchioni (s.d.) também se assemelha à nossa proposta por discutir sobre o lugar do interlocutor na enunciação. Em um primeiro momento, a autora reavalia o esquema de Jakobson sobre a comunicação lingüística, apresentando suas críticas e reformulações ao esquema, com o objetivo de fixar as bases de sua abordagem. Ao fazê-lo, apresenta as propriedades da comunicação verbal, nas quais se inserem a figura do emissor e a do receptor, objeto do nosso estudo.

Kerbrat-Orecchioni alerta para o fato de que a sua apresentação considera apenas a comunicação dual, isto é, a comunicação face a face. No entanto, a autora entrevê uma tipologia das situações de alocação que considere o número e o *status* dos membros do intercâmbio verbal²⁰, devido a dois fatores básicos. O primeiro é o fato de que na fase de emissão, podem encontrar-se superpostos muitos níveis de enunciação, como nos casos do discurso citado e da transcodificação, etc., ou nos casos de campanhas publicitárias (que possuem um emissor complexo) e das comunicações teatrais, que admitem a existência de uma cadeia de emissores. O segundo fator refere-se à possibilidade de a categoria do receptor ser apurada, fazendo intervir certo número de eixos distintivos. É este fator que consideraremos neste capítulo.

Kerbrat-Orecchioni (s.d.,p.32) distingue o receptor alocutário do não alocutário e, para tal, propõe o seguinte esquema:

¹⁹ Para maiores informações sobre a teoria benvenistiana, merece destaque os trabalhos de Lichtemberg (2001) e Silva (2005) orientados pelo professor Valdir Flores na UFRGS.

²⁰ Ainda assim, Kerbrat-Orecchioni (s.d., p. 31) exime-se de falar sobre o discurso literário, restringindo-se tão somente a dizer que nesse tipo de discurso as instâncias do emissor e do receptor encontram-se desdobradas: de um lado autor/narrador; de outro, leitor/narratário.



A partir desse esquema, a autora faz três considerações: 1ª – o destinatário ou alocutário (que pode ser singular ou plural, nominal ou anônimo, real ou fictício) é definido pelo fato de ser explicitamente considerado pelo emissor L (via emprego do pronome de segunda pessoa e/ou direção do olhar) como o seu companheiro na relação de locução; 2ª – o emissor pode se preocupar com a presença, no circuito da comunicação, de destinatários indiretos que, sem estarem integrados propriamente na relação de locução, funcionam como “testemunhas” do intercâmbio verbal e às vezes exercem influência decisiva, como nos casos dos discursos polêmicos ou das defesas de teses; 3ª – toda mensagem admite a existência de receptores adicionais e aleatórios, cuja natureza o emissor não poderá prever, controlar, nem imaginar a interpretação que será dada à mensagem produzida, como nos casos em que alguém que está passando escuta a mensagem. (Kerbrat-Orecchioni, s.d., p. 32, 33).

Em seguida, a autora atesta que em cada uma dessas três categorias de receptores é variável o número de elementos que elas podem compreender. Dessa forma, variam as propriedades internas da mensagem. Afora isso, os destinatários diretos e indiretos podem estar ou não presentes fisicamente na situação de comunicação, podem ter ou não a possibilidade de responder, a resposta pode ser imediata ou posterior. Assim, Kerbrat-Orecchini propõe quatro classes de receptores:

- a) presente + loquente²¹ (intercâmbio oral cotidiano);
- b) presente + não loquente (conferência magistral);
- c) ausente + loquente (comunicação telefônica);
- d) ausente + não loquente (a maior parte das comunicações escritas).

²¹ Kerbrat-Orecchioni diz que tomou esse termo de M. Maillard, 1974.

Continuando o seu exame dos eixos distintivos da categoria do receptor, a autora assevera que há casos complexos de comunicação em que os destinatários se classificam em vários “estratos” de recepção que não possuem o mesmo *status* enunciativo, ilustrando com as entrevistas radiofônicas a personalidades políticas ou científicas, em que se constata a recorrência das funções conativa e fática para informar ao conjunto de ouvintes, que não cessa de ser renovado, sobre a identidade do entrevistado.

Para finalizar, diz a autora que o receptor pode ser real, virtual ou fictício. Este ocorre graças ao subterfúgio de emprestar ao leitor virtual as aparências e os poderes exclusivos de um ser real como, por exemplo, o dom da palavra. Além disso, ela considera que a relação social e afetiva que o locutor mantém com o receptor também deve intervir na definição deste último. Essa relação é definida por diferentes parâmetros, tais como, o grau de intimidade, a natureza das relações hierárquicas e o contrato social que os une.

Convém ressaltar, ainda, outras afirmações de Kerbrat-Orecchioni que interessam ao nosso estudo, quais sejam, (a) todo receptor é ao mesmo tempo um emissor em potencial; (b) na competência cultural dos membros da comunicação é necessário incorporar a imagem que eles formam de si mesmos, dos outros e daquela que imaginam que o outro faz deles. Nesse sentido, não se fala de um destinatário real, mas se fala daquilo que se acredita saber dele, e o destinatário decodifica a mensagem em função do que ele acredita saber do emissor. Assim, todo ato de fala exige certo gasto de energia para se colocar no lugar do outro.

Como podemos observar, Kerbrat-Orecchioni abre espaço para a investigação da categoria do interlocutor, definido, por ela, como receptor. Os eixos distintivos da categoria do receptor que ela apresenta elucidam a diversidade de interlocutores possíveis. É bem verdade, como vimos, que outros autores também vislumbraram a heterogeneidade de interlocutores nas interações. Contudo, a proposta de Kerbrat-Orecchioni oferece mais elementos para repensar o lugar de inscrição do interlocutor nas enunciações. Isso porque a autora contempla determinadas minúcias discriminatórias da figura do interlocutor, não previstas por outras abordagens. Evidentemente, nosso estudo distingue-se em vários aspectos do de Kerbrat-Orecchioni, como veremos na próxima subseção, mas as considerações que ela apresenta não podem ser ignoradas.

Revisitadas as teorias que em alguma medida consideraram o interlocutor nas interações verbais, passemos, agora, à discussão dos postulados de tais teorias que se aproximam ou se distanciam da nossa proposta.

2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSAS PROPOSTAS TEÓRICAS

Nesta subseção, cabe-nos tecer alguns comentários sobre as teorias abordadas, no sentido de sumariar em que medida os seus princípios podem nos interessar e em que ponto esses princípios se distanciam da nossa proposta.

No que se refere à teoria dos atos de fala, dissemos que Searle considera a presença do interlocutor e que coloca a intenção do locutor de produzir no ouvinte a compreensão como parte da significação. No entanto, é sabido que há muitas críticas a essa teoria por considerá-la unilateral, isto é, uma teoria que, apesar de mencionar o interlocutor, põe em relevo a figura do locutor, tratando basicamente da ação e não da interação pela linguagem. Ademais, é uma teoria que trabalha com enunciados isolados, sem verificar o contexto de uso.

Essas críticas já antecipam a distância entre a nossa proposta e a de Searle, uma vez que, na nossa perspectiva, o lugar do interlocutor será central, e o contexto de uso, fundamental. Porém, os aspectos que nos distanciam ultrapassam essas críticas correntes. Para nós, a proposta de Searle não é suficiente também pelo fato de que não trataremos o interlocutor como o indivíduo exterior ao discurso a quem cabe construir o sentido, realizando inferências adequadas à situação para interpretar ou compreender um texto ou discurso. Antes, pretendemos ver como esse interlocutor está presente no próprio discurso.

Os desdobramentos do *tu*, a exemplo de Charaudeau (1983), também serão apreciados nesta tese. No entanto, as oposições inerentes aos “protagonistas da linguagem”, propostas pelo autor, são desnecessárias para o nosso objetivo de contemplar a inserção do *tu* no discurso, porque Charaudeau recorre aos circuitos externos para compor as figuras EUE e TUI. Apesar de podermos encontrar, como veremos no próximo capítulo, até mesmo em Ducrot, esse tipo de oposição, para nós, será essencial incluir um desdobramento da figura do interlocutor interior à categoria considerada por Charaudeau TU destinatário, sempre com o intuito de

verificar, exclusivamente, como ele é construído no discurso, o que não é, *a priori*, o objetivo de Charaudeau. O conceito de imagem desse autor também nos interessa, mas, sendo coerentes com a nossa proposta, apenas no sentido de procurar os sinais de construção dessa imagem nos enunciados, isto é, ainda que aceitemos a existência de circunstâncias exteriores ao ato de fala, não as avaliaremos propriamente, tal como ocorre em Charaudeau ao aludir à aceitação ou à recusa aos “contratos de fala”. Se falarmos em contextos exteriores, será apenas para verificar em que medida esses contextos aparecem no discurso.

Em relação à gramática funcional de Halliday (1985), podemos destacar o fato de esse autor considerar a língua em uso, o que permite uma análise mais concreta das relações comunicativas entre os usuários. O autor acrescenta, ainda, que qualquer fenômeno lingüístico pode ser explicado por referência a como a linguagem é usada. Disso decorre que entre os propósitos que fundamentam todos os usos da língua, está o influir sobre os outros, o que abre espaço para a consideração do papel do interlocutor na sua teoria. Esse espaço é dado especialmente na avaliação da metafunção interpessoal, que se revela no sistema lingüístico, uma vez que cada elemento de uma língua é explicado por referência à sua função no sistema lingüístico total.

Ao explorar a metafunção interpessoal, Halliday deixa importantes pistas sobre os elementos lingüísticos responsáveis pela definição dos papéis de locutor e de interlocutor e revela que tais elementos são escolhas daquele para influir sobre este, aspectos que devem ser considerados no estudo do interlocutor nas interações verbais. Todavia, Halliday pré-determina os lugares de inscrição do alocutário (sujeito e modo na metafunção interpessoal e tema interpessoal na metafunção textual). Acreditamos que esse tipo de análise não favorece a busca específica pela construção do alocutário no tecido discursivo. Para nós, como dissemos na parte introdutória, tudo o que aparece no discurso poderá revelar um interlocutor. Portanto, os princípios hallidayanos dão subsídios para um tipo análise diferente da que pretendemos fazer, qual seja, uma análise em que os implícitos deixados pelo discurso como um todo serão fundamentais.

Quanto à perspectiva de Pêcheux (1997), podemos dizer, assim como já dissemos sobre Charaudeau, que a noção de imagem prévia do locutor sobre o seu interlocutor nos interessa. Não estamos afirmando que essa noção se sobrepõe nos referidos autores, uma vez que estamos cientes de que o conceito de imagem tal

como aparece em um é diferente do outro. Do mesmo modo, o conceito de imagem de que trataremos discordará, em muitos aspectos dos de Charaudeau e Pêcheux. Deste, a diferença básica está no fato de que não pretendemos recorrer às situações exteriores ao discurso, nem aos aspectos relativos ao âmbito sociológico. Propomo-nos examinar a imagem do interlocutor tal como ela aparece no discurso e não associada aos lugares determinados na estrutura de uma formação social, o que demonstra um afastamento entre o nosso trabalho e o de Pêcheux. No entanto, não podemos negar que há em Pêcheux, assim como em Charaudeau, importantes pistas dos tipos de imagem que o locutor pode fazer de seu interlocutor.

Quanto ao trabalho de Bréal (1992), podemos dizer que será de grande valia para a nossa pesquisa. Apesar de o autor concentrar a sua atenção na subjetividade da linguagem, vimos que, em sua proposta, há indícios de uma aceitação da idéia de intersubjetividade. Ao postulado do autor de que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de se achar interpelada pela primeira, acrescentaremos, neste trabalho, que a razão de ser da primeira pessoa é a de interpelar a segunda.

Nosso distanciamento de Bréal, paradoxalmente, reside no compartilhar de um de seus pressupostos, qual seja, o de que existem expressões lingüísticas que assinalam a intervenção do produtor na linguagem. Aceitamos a idéia de que certas palavras, membros de frases e formas gramaticais podem representar o aspecto subjetivo da linguagem. Todavia, acreditamos que tais expressões podem também assinalar a presença do interlocutor, ou seja, assinalar a intersubjetividade da linguagem. Assim, opomo-nos parcialmente a Bréal, quando ele apregoa que em uma expressão como “A esta hora, sem dúvida, ele já chegou”, o “sem dúvida” diz respeito ao produtor do enunciado. Seguramente, existe essa possibilidade, mas, para nós, dependendo do contexto enunciativo, uma expressão como essa poderá estar relacionada ao interlocutor²². Desse modo, poderemos aproveitar a descrição que Bréal faz das expressões que marcam a subjetividade na linguagem; porém, precisaremos redirecioná-la ao espaço também ocupado pelo interlocutor, o lugar da intersubjetividade.

Também há semelhança, em certos aspectos, entre o que diz Bakhtin e o que queremos fazer pela óptica ducrotiana, principalmente no que tange à definição do

²² Pretendemos demonstrar isso por meio das análises a serem realizadas no capítulo 3.

locutor em relação ao interlocutor e à consideração de um modo de significação específico ao exercício da linguagem, ou seja, à enunciação. Contudo, os caminhos que tomaremos para a composição dos fundamentos analíticos da figura do interlocutor, apoiados nos princípios de Ducrot, não podem ser sustentados com base nos estudos bakhtinianos, especialmente porque não há, em Bakhtin, subsídios suficientes para o desenvolvimento de uma metodologia que permita pensar a relação *eu-tu*.

Quanto a Benveniste, destacamos que nos aproximamos de sua proposta no que se refere ao fato de o alocutário não poder ser pensado fora de uma situação proposta a partir do *eu*. Apoiar-nos-emos, para buscar o alocutário construído, na idéia de que o *eu* é constitutivo do *tu* e, do mesmo modo, o *tu* só existe no *eu*, não tendo voz. Também nos aproximamos do autor quando afirma que a enunciação pode postular um alocutário implicitamente, não importando o grau de presença atribuído a ele. Inferimos que o autor previu a possibilidade de um alocutário interior ao discurso e a existência de diferentes graus de presença desse alocutário em enunciações diversas. No entanto, podemos constatar que Benveniste não desenvolve essa idéia, o que dificultaria a busca, em sua obra, de princípios para a elaboração de um construto teórico sobre o alocutário construído no discurso. Do mesmo modo, não conseguimos, em Benveniste, fundamentos para a elaboração de uma metodologia que permita investigar os implícitos do discurso. A análise dos implícitos, porém, é essencial para uma tese que se propõe a investigar o alocutário construído no interior do discurso.

Como uma proposta que se insere no âmbito enunciativo, o estudo de Kerbrat-Orecchioni igualmente se aproxima mais do que objetivamos realizar. Seu trabalho dá elementos para o exame do interlocutor nas enunciações, de modo mais exaustivo e dedica um maior espaço para a avaliação da heterogeneidade de receptores passíveis de se apresentar na interação, diferentemente da maior parte dos estudos revisitados aqui que trataram do tema, em geral, de modo superficial ou, até mesmo, indiretamente, exigindo um maior grau de inferências para a interpretação da sua visão do interlocutor. O mérito de Kerbrat-Orecchini para a nossa proposta reside, principalmente, na configuração dos eixos distintivos da categoria do receptor, que elucida uma tipologia para essa categoria. No entanto, a autora não examina propriamente a construção do receptor na enunciação; antes, avalia-o como uma figura exterior ao enunciado. Além disso, ela não apresenta as

implicações das suas discussões nos sentidos das enunciações, o que para nós será importante. Devemos fazer menção, porém, ao fato de que a sua obra não objetiva elaborar um tratado acerca do interlocutor, nem da intersubjetividade, mas contempla a subjetividade na linguagem, o que justifica essa lacuna que sentimos. De qualquer forma, a abertura de espaço para debater sobre os possíveis receptores de uma comunicação aponta caminhos para a análise do interlocutor na enunciação.

Isso posto, adiantamos que a teoria ducrotiana é favorável ao nosso objetivo de buscar o alocutário construído no interior do discurso porque permite, ao mesmo tempo, (i) ultrapassar os limites da oração, (ii) evitar referências ao exterior do discurso, (iii) resgatar princípios para a observação dos implícitos do discurso e (iv) desenvolver uma metodologia analítica desses implícitos. A nosso ver, a conjunção e a não-exclusão de nenhum desses quatro aspectos contribui para configurar um olhar diferente sobre o alocutário²³.

Antes de finalizarmos esta subseção, queremos reafirmar a nossa ciência dos limites de nossa revisão teórica, tanto no que se refere à escolha dos autores, quanto aos pontos destacados, limites impostos pelo espaço e pela natureza deste capítulo. Do mesmo modo, reiteramos que o nosso intento não é o de julgar, nem o de desmerecer essas abordagens, uma vez que reconhecemos a sua importância para os estudos da interação pela linguagem. Nosso propósito, ao comentá-las, é tão somente o de esclarecer para o nosso leitor que pretendemos lançar um outro olhar sobre a figura do alocutário que acreditamos ainda não ter sido explorado.

Com isso, encerramos as nossas considerações relativas à revisitação teórica que prometemos na primeira parte deste capítulo. Nossa intenção, a partir de agora, é apresentar alguns trabalhos aplicados que se apóiam em algumas dessas teorias, para focar especificamente o interlocutor.

²³ Como demonstramos, o olhar sobre o alocutário das teorias apresentadas desconsidera, pelo menos, um desses aspectos (em alguns casos, nenhum desses aspectos é levado em conta). Naturalmente, isso se deve ao fato de que os seus objetivos diferem dos nossos.

2.9 TRÊS TRABALHOS OPORTUNOS

Em revisão do Banco de Teses do IBICT com a finalidade de encontrar trabalhos lingüísticos que se dedicassem, especificamente, ao estudo do interlocutor, encontramos as dissertações de Gonçalves (1981) e de Cavalcanti (2001). Além desses, temos conhecimento do trabalho de Sartori (2002), que, embora não se debruce, exclusivamente, sobre a figura do *tu*, outorga um espaço de discussão e de análise do lugar do interlocutor na enunciação.

Gonçalves (1981), na tese intitulada *Elementos para uma proposição da noção de interlocutor como categoria lingüística*, procura arrolar argumentos teóricos que justifiquem a relevância do interlocutor nas análises discursivas. Para tal, ela rastreia em diversas teorias elementos que favoreçam essa proposição, partindo, porém, da concepção de linguagem atribuída a Volochinov. Com isso, dedica o corpo do seu trabalho ao intento de validar a consideração do interlocutor como uma categoria lingüística suscetível de análise enquanto objeto da ciência da linguagem.

Na parte final do trabalho, ela procura comprovar os seus argumentos pela análise ilustrativa de um texto. Sua análise apóia-se nos conceitos de pressuposição de Ducrot, mas tem em vista, segundo ela, o trabalho de Volochinov para a operacionalização teórica. Isso porque a sua investigação focaliza as relações entre linguagem e ideologia. Como busca um tratamento do interlocutor fundamentado na linguagem como fenômeno ideológico e parte de marcas ideológicas que indicam a presença das representações do locutor e do interlocutor, o seu trabalho difere do nosso. Além disso, o objetivo central do trabalho de Gonçalves (1981) consiste na defesa da noção de interlocutor como uma categoria lingüística e, desse modo, todas as suas discussões giram em torno dessa defesa. Sem desmerecer o seu importante trabalho, acreditamos que, em toda a sua tese, a autora esforçou-se para defender uma proposição já existente. Em Benveniste, por exemplo, vemos que a “pessoa” é uma das categorias enunciativas, o que, obviamente, inclui o interlocutor (o *tu*)²⁴. Isso está claro nos textos *A natureza dos pronomes* e *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. Curiosamente, Gonçalves não remete a esses textos em sua revisão da teoria benvenistiana; pelo contrário, a partir da leitura exclusiva de

²⁴ Para Benveniste, apenas a terceira não pode ser considerada pessoa.

Estrutura da língua e estrutura da sociedade, ela concentra esforços em criticar o autor como idealista e em condená-lo por não conseguir propor resoluções para a problemática das relações língua/sociedade enquanto entidades empíricas. Afora isso, é seguindo apenas essa leitura que a autora faz inferências sobre a relação locutor-interlocutor em Benveniste, a qual, seguramente, não é suficiente para tal discussão. Por ignorar outros textos do autor, Gonçalves empenha-se em defender uma proposta já existente.

Quanto à pesquisa de Cavalcanti (2001), podemos dizer que suas constatações são proveitosas para o nosso estudo, principalmente porque o seu objetivo é buscar o lugar em que o “outro-leitor” se mostra. Porém, Cavalcanti, diferentemente do que queremos fazer, não estuda o interlocutor em geral, mas, especificamente, o interlocutor “leitor-criança”. Por essa razão, boa parte do seu trabalho está dedicada à revisão bibliográfica de autores que trataram da literatura infantil. Além do fato de ela buscar exclusivamente o leitor-criança, seu estudo é diferente do nosso porque seu suporte teórico é a Análise do Discurso. Essa opção teórica a leva a analisar os textos considerando as suas relações com as condições de produção, com outros textos e com a exterioridade que os constitui.

De qualquer forma, Cavalcanti chega a uma conclusão que nos interessa, passível de, em algum momento, ser corroborada neste trabalho, qual seja, a de que a literatura infantil é constituída por uma contradição: se, por um lado, abre espaço para o outro, objetivando aproximar o leitor, valorizá-lo, por outro, procura controlar a participação desse leitor, restringindo a sua caminhada interpretativa. É possível que essa constatação não se restrinja aos textos dirigidos ao público infantil. Sendo assim, sua conclusão será levada em conta na nossa investigação.

O trabalho de Sartori (2002), finalmente, busca a subjetividade e a intersubjetividade na publicidade. Para isso, a autora abre espaço para a consideração da instância do interlocutor na enunciação.

Apoiando-se no referencial teórico de Benveniste e de Ducrot, a autora procura analisar enunciados publicitários. Suas análises subdividem-se em instância do locutor, instância do interlocutor e emprego do advérbio. Contudo, a nosso ver, faltou-lhe mostrar em que medida a presença do interlocutor contribui para a configuração do sentido do enunciado, isto é, não há um momento de conjunção das instâncias para a descrição do sentido. Talvez, um dos problemas encontrados pela autora tenha sido o de focar exclusivamente os advérbios. Disso decorrem três

problemas: (i) a impossibilidade de vislumbrar todos os elementos que assinalam a presença do interlocutor, (ii) a limitação do alcance das suas considerações e (iii) a ênfase maior nos advérbios em si do que na subjetividade e na intersubjetividade.

Apesar de o nosso trabalho praticamente divergir da proposta de Sartori, principalmente porque pretendemos elaborar um construto teórico do interlocutor interior ao discurso e o seu lugar na configuração do sentido, é possível que, em alguma medida, as suas considerações possam ser aproveitadas.

Revisados esses trabalhos, passemos à explanação dos fundamentos norteadores da nossa perspectiva de análise e compreensão do lugar de inscrição do *tu*, a partir da óptica ducrotiana.

3 POR UM TRATAMENTO POLIFÔNICO-DISCURSIVO DO ALOCUTÁRIO

Neste capítulo, pretendemos discorrer sobre a atividade discursiva de interação pela linguagem segundo a abordagem polifônica de Ducrot (1987; 1988; 2001), com o propósito de fundamentar uma definição para o alocutário construído. Falar da interação pela linguagem, em Ducrot, demanda, necessariamente, discursar sobre a Teoria da Argumentação na Língua (TAL)¹, bem como sobre algumas noções por ela implicadas, a saber, argumentação, enunciação, frase, enunciado, texto, discurso, significação e sentido. Por essa razão, começaremos por elucidar esses conceitos, que, indispensavelmente, serão retomados mais adiante, quando da discussão sobre o alocutário construído.

3.1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: CONCEITOS-CHAVE

Ducrot concebe a linguagem como um veículo de interação humana, que excede os limites de um mero instrumento de comunicação entre indivíduos. De acordo com o autor, a ação dos interlocutores uns sobre os outros está prevista na própria organização da língua, não sendo apenas um efeito accidental da fala. Desse modo, a língua admite as relações humanas e, por conseguinte, é mais do que um instrumento para comunicar informações.

Com esse pensamento, Ducrot inscreve a argumentação na língua, justificando que, se a linguagem é interativa e se caracteriza pela ação intencional, a língua é marcada pela argumentatividade. O homem não age com o outro (o interlocutor) e com o mundo, mas sobre eles, objetivando influenciá-los, de modo que o seu discurso será essencialmente argumentativo.

¹ É imprescindível destacar que a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) se encontra em desenvolvimento. Nosso trabalho inscreve-se na segunda fase da teoria, que propõe uma análise enunciativa com base na noção de polifonia. Como o próprio título desta tese indica, a noção de polifonia fundamentará toda a nossa proposta. Atualmente, a TAL encontra-se na terceira fase (a Teoria dos Blocos Semânticos ou TBS), que está sendo desenvolvida em cooperação com Marion Carrel. Não optamos por essa fase, porque apenas muito recentemente os autores, Ducrot e Carrel, têm começado a repensar a TBS em relação à polifonia.

Ao defenderem que a argumentação está na língua, Ducrot e Anscombre (1983) formalizam a Teoria da Argumentação na Língua. Essa Semântica Argumentativa, de cunho estruturalista, inscreve-se numa linha enunciativa de tratamento ao sentido, a partir da recuperação de preceitos de Saussure e de Benveniste. Deste, Ducrot resgata o princípio de estudar a língua por uma via enunciativa, e daquele, as propostas de estudar a língua e suas relações internas e de que a linguagem não representa o objeto ou o mundo exterior.

Segundo Ducrot, inexistente a relação de referencialidade entre a linguagem e o mundo. Assim, sua teoria contrapõe-se ao modo tradicional de se conceber o sentido, que distingue três tipos de indicações interiores a um enunciado: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Na visão tradicional, as indicações objetivas associam-se à representação da realidade, as subjetivas referem-se à atitude do locutor frente à realidade, e as indicações intersubjetivas dizem respeito às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige. Para Ducrot (1988, p. 50), pelo contrário, não há o aspecto objetivo da linguagem, e os aspectos subjetivo e intersubjetivo são unificados como o “valor argumentativo” de uma palavra, ou seja, o conjunto das possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina.

Com isso, na Teoria da Argumentação na Língua (TAL), nem em casos de descrição há espaço para a consideração de uma função informativa ou referencial da linguagem. A análise do sentido não se identifica com testes, cuja verificação alicerça-se no valor de verdade entre o objeto e seus predicados. A TAL distancia-se, então, das semânticas de caráter veritativo, fundamentadas no conceito lógico de condições de verdade:

Freqüentemente os lógicos dizem (penso, por exemplo, em Donnellan, 1975) que as descrições definidas podem ter seja função atributiva, seja função referencial. Para mim, não existem aquelas que têm função referencial. A descrição que dou de um objeto quando o apresento por meio de uma descrição definida não tem por objetivo uma melhor identificação desse objeto, mas sim propiciar uma argumentação acerca desse objeto (Ducrot em entrevista a Moura, 1998).

A proposta da TAL é de que os efeitos de sentido são configurados pela seleção lexical, que delimita as possibilidades argumentativas de um enunciado.

Essa seleção contribui, ainda, para a orientação à conclusão do enunciado. Dessa forma, a orientação argumentativa está inscrita na própria língua.

Em síntese, essa teoria inviabiliza a subsistência de uma lingüística que trate o sentido enquanto representação descritiva e formal, de natureza diversa dos fatores pragmáticos. A descrição insere-se como parte integrante da argumentação e nunca é um registro objetivo do mundo isolado dos fatores contextuais indispensáveis ao seu sentido.

A partir dessas constatações, podemos observar que, na proposta ducrotiana, a linguagem é concebida como uma atividade interativa, em que um locutor expressa a sua subjetividade e marca as relações de intersubjetividade com o seu alocutário, por meio do “valor argumentativo” de uma palavra. Esse valor argumentativo, que determina as possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva, está inscrito na própria língua. Assim, a língua é marcada pela argumentatividade.

Além do princípio de que a língua é marcada pela argumentatividade, outros conceitos básicos sustentam a teoria de Ducrot. Um deles refere-se à concepção semântica que o autor dá à enunciação. Para ele, a enunciação é o evento que constitui o surgimento de um enunciado. Vale ressaltar que Ducrot distingue enunciado e frase. Esta corresponde, em termos saussurianos, à entidade abstrata da língua. Mas, no momento em que a frase ganha existência dentro de um contexto lingüístico, passa a ser considerada enunciado. O enunciado é, portanto, a realização efetiva da frase, uma parte do discurso que tem um lugar e uma data, um produtor e (geralmente) um ou vários ouvintes. É, ainda, um fenômeno empírico observável e, como tal, não se repete (Ducrot, 1989). O autor afirma, também, que ainda que algo seja dito repetidamente, trata-se, na verdade, de dois enunciados distintos:

Se digo duas vezes seguidas uma coisa que é habitualmente transcrita ‘o tempo está bom’, produzo dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente (Ducrot, 1989, p.13).

Ducrot também estabelece uma diferença entre texto e discurso. De modo análogo à distinção entre frase e enunciado, o texto é concebido como uma

estrutura abstrata, e o discurso como a realização concreta do texto. Assim, o discurso se produz por intermédio de uma seqüência de enunciados interligados.

Da diferença entre frase e enunciado decorre, finalmente, a distinção entre significação e sentido. A significação é o valor semântico da frase, e o sentido, o valor semântico do enunciado:

A significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados. A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto (Ducrot, 1989, p.14).

Com isso, podemos observar que existe uma estreita relação entre frase, texto e significação e entre enunciado, discurso e sentido. Como veremos em seguida, para nós, esta última relação será particularmente importante.

Esclarecidos os conceitos que dão suporte ao trabalho de Ducrot, passemos à exposição de como essa abordagem pode auxiliar a nossa busca pelo alocutário construído.

3.2 EM BUSCA DO ALOCUTÁRIO CONSTRUÍDO

3.2.1 Das diferentes definições de alocutário

No capítulo 1, fizemos notar a flutuação terminológica para designar aquele a quem se dirige o sujeito falante, segundo a teoria focalizada: ora era apresentado como auditório, ora como ouvinte, interlocutor, tu, protagonista da linguagem, protagonista do discurso, receptor, alocutário, etc. A natureza dessa “segunda pessoa” era também variável, podendo indicar pessoas reais, socialmente definidas, seres de discurso, personagens, etc.

Essa diversidade também foi atestada por Charaudeau e Maingueneau (2004, p.154-158) ao definirem o verbete “destinatário” no *Dicionário de Análise do Discurso*. Segundo os autores, a expressão “aquele a quem é endereçada a

mensagem” é ambígua, uma vez que (1) pode representar o receptor exterior ao processo de enunciação do sujeito falante, o indivíduo que efetivamente recebe a mensagem e a interpreta; (2) pode remeter ao sujeito ideal, visado pelo sujeito falante, que o inclui no seu ato de enunciação; além de (3) poder ser considerado como a instância à qual o sujeito falante se dirige explicitamente, marcada como tal no enunciado ou assinalada por índices exteriores, como o olhar, gestos, etc., ou (4) ser o destinatário segundo ou indireto, que não é a instância à qual se dirige explicitamente, mas uma outra, implícita.

Diante dessas variações conceptuais, percebemos que é indispensável precisar o termo “alocutário”, no momento em que essa noção é apresentada como objeto de estudo. Isso significa que, para afirmar que vamos estudar o alocutário construído no discurso do locutor, nos será necessário, primeiramente, aclarar o que entendemos por alocutário. É importante destacarmos que nem mesmo em Ducrot encontramos um tratamento constante para o destinatário, de modo que buscar uma definição a partir de sua teoria já consiste em uma implicação teórica desta tese. De fato, será necessário “rastrear” na teoria ducrotiana indicações que viabilizem a nossa proposta de resgatar o conceito de alocutário construído no discurso do locutor. Essas indicações, acreditamos poder encontrá-las a partir da noção de polifonia que Ducrot (1987; 1988) faz intervir, integrando-a ao estudo da argumentação. É a essa discussão à qual nos dedicaremos a partir deste momento.

Oswald Ducrot (1987; 1988) aplica-se a mostrar como a noção de polifonia pode ser utilizada em Lingüística. Inicialmente, ele esclarece que o sentido original de polifonia se refere a uma classe de composição musical na qual se superpõem diferentes partituras. Essa noção foi utilizada metaforicamente por Mikhail Bakhtin no intuito de distinguir a literatura dogmática, na qual se impõe a voz do autor, da literatura polifônica, em que os personagens se apresentam por si mesmos.

Após esse esclarecimento, Ducrot explica como essa noção pode ser adaptada a uma análise lingüística dos enunciados. Essa análise apóia-se no princípio de que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente; pelo contrário, ele põe em cena no mesmo enunciado certo número de personagens, de modo que o sentido desse enunciado nasce do confronto das diferentes vozes que nele aparecem. Eis, então, a razão para o uso do termo “polifonia”.

Seguindo esse pensamento, o autor se dedica a explicar como o sentido de um enunciado pode ser descrito. Para isso, contrapõe frase *versus* enunciado e

significação *versus* sentido, consoante às diferenças de estatuto metodológico e de natureza, existentes entre esses termos. Retomemos essa contraposição.

Conforme dissemos, para Ducrot (1987; 1988), a frase é uma entidade teórica, invenção da gramática, que não pertence ao domínio do observável; o enunciado, por outro lado, é uma realidade empírica, uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase, isto é, a manifestação particular (a ocorrência *hic et nunc*) de uma frase. Sendo assim, a frase é uma construção do lingüista que serve para explicar a infinidade de enunciados.

Quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, o autor fala em “significação”, reservando a palavra “sentido” para a caracterização semântica do enunciado. Dessa forma, a frase tem uma significação, e o enunciado, um sentido.

Essa diferença entre significação e sentido parece-nos poder sustentar a nossa busca pelo alocutário construído. Na explanação sobre a significação, o autor a representa como um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, como instruções especificativas das manobras que devem ser realizadas para associar um sentido a esses enunciados. É um conjunto de diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase. Com isso, podemos atestar que a significação é uma prescrição anterior ao discurso, destinada a seres interpretantes em geral. Assim, não há um ser desenhável a partir da significação. Dada a inespecificidade desse ser, a significação não viabiliza uma definição para o alocutário construído que procuramos.

Por outro lado, o sentido é “uma construção realizada levando em conta a situação de discurso, a partir das instruções ‘especificadas’ na significação” (Ducrot, 1987, p. 172). Diferentemente da significação, que é aberta, o sentido é uma descrição da enunciação, um conjunto de indicações sobre um evento único, que não se repete. E o semanticista, de acordo com Ducrot (1987, p. 173), descreve o que o sujeito diz de sua enunciação no enunciado.

Como o sentido é uma construção que contempla a situação de discurso, propomos que é na descrição do sentido de um enunciado que encontraremos as indicações de um alocutário construído, ou seja, de um alocutário interior, constitutivo do discurso.

Um esclarecimento cabe aqui. Ducrot (1988, p. 64) afirma que na frase mesmo há indicações sobre as relações entre os interlocutores, de modo que a própria língua contém alusões sobre o que fazemos quando falamos. É a natureza

intersubjetiva da linguagem. Como o aspecto instrucional da frase supõe a relação *eu-tu*, podemos pensar que há um alocutário previsto pelo sistema, pela língua, no sentido de que a língua existe tão somente para que um *eu* possa se relacionar com um *tu*. Assim, a língua prescinde não só do locutor, mas também do alocutário. Contudo, esse alocutário é geral, uma vez que a frase só oferece instruções genéricas sobre as possibilidades de sua realização nos enunciados. Por conseguinte, entendemos que esse alocutário do sistema é virtual, previsto apenas por causa da intersubjetividade inerente à linguagem. É bom explicarmos que “virtual”, aqui, é usado na acepção admitida pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) como “existente apenas em potência ou como faculdade, não como realidade ou com efeito real”. Desse modo, pensamos que o alocutário da frase não é hipotético; ele existe. Porém, existe em potencial, e como tal, não pode ser efetivamente desenhado. Por outro lado, quando a frase é realizada por meio de um enunciado, aparece a situação de discurso da qual o alocutário participa. Nesse caso, o alocutário ganha contornos específicos, ganha existência concreta pelo enunciado. Com efeito, é pela descrição do sentido de um enunciado que buscaremos encontrar o alocutário construído no discurso do locutor:

Significação	Sentido
Frase	Enunciado
Texto	Discurso
TU VIRTUAL, INESPECÍFICO	TU CONSTRUÍDO

Quadro 3 – O alocutário da significação e o alocutário do sentido

Outra posição teórico-metodológica de Ducrot sustenta a definição de alocutário construído que vimos defendendo. Refere-se à distinção entre situação externa e situação interna.

Ducrot (1988, p. 96, 97) define situação externa como o contexto exterior à pessoa que fala, que consiste principalmente naquilo que a pessoa crê, no que pretende levar o seu interlocutor a crer, no que o interlocutor compreende, etc. A situação interna é a situação construída pelo enunciado. Para o autor, todo enunciado constrói uma situação, trazendo consigo uma imagem do meio onde é produzido, da ideologia na qual se situa. Logo, a situação interna é determinada pelo

próprio enunciado, é uma situação que faz parte do sentido do enunciado, não depende do exterior para ser validada.

Essa posição de Ducrot corrobora nosso pensamento de que há no interior do discurso uma organização própria, independente da realidade, que constrói uma situação, na qual se insere o alocutário. Por consequência, a nossa definição de alocutário construído não inclui o ser real do mundo, mas somente aquele evidenciado pelo discurso.

A propósito, Ducrot (1987; 1988; 2001) afirma que a sua abordagem polifônica objetiva contestar a unicidade do sujeito falante. Segundo o autor, no enunciado não há apenas uma pessoa que fala, mas há vários sujeitos com estatutos lingüísticos diferentes: o sujeito empírico, o locutor e o enunciador.

O sujeito empírico é o autor efetivo, o ser psico-sociológico produtor do enunciado. Esse sujeito não é facilmente identificado, posto que (i) um enunciado pode ser produzido por uma pessoa em lugar de outra (por exemplo, o enunciado de uma secretária em uma circular administrativa) e (ii) muitas de nossas palavras são reproduções de discursos já escutados ou lidos. Além disso, essa complexidade do sujeito empírico também pode ser verificada em casos específicos, como por exemplo, uma obra de teatro. Quando um ator fala, quem deve ser indicado como o produtor dos enunciados: o ator, o autor, o diretor ou o personagem que o ator representa? (Ducrot, 1988, p. 17).

Apesar de considerar os problemas relativos ao sujeito empírico, Ducrot defende que a determinação desse sujeito não é um problema lingüístico. O lingüista deve descrever o enunciado em si, aquilo que diz, ou seja, o seu sentido. Quanto ao locutor, Ducrot diz que é aquele que se apresenta como o responsável pelo enunciado, podendo, inclusive, ser totalmente diferente do sujeito empírico. É o ser apresentado no próprio sentido do enunciado, uma vez que o sentido do enunciado comporta certa descrição da sua enunciação².

Assim sendo, enquanto o sujeito falante (empírico) tem como correlato um ser do mundo, ouvinte-interpretante, o locutor, ser discursivo, tem como correlato um alocutário igualmente interior ao discurso. A primeira correlação não interessa ao nosso trabalho, mas a segunda é a que o fundamenta. Vejamos:

² A distinção locutor – enunciador será abordada na subseção 2.2.3 “Da marcação implícita”.

Situação Externa	Situação Interna
↓	↓
<ul style="list-style-type: none"> - falante e ouvinte: seres do mundo; - crenças efetivas do falante; - influências reais que o falante quer exercer sobre o ouvinte; - aquilo que o interlocutor realmente compreende. 	<ul style="list-style-type: none"> - locutor e alocutário: seres do discurso; - situação construída pelo enunciado; - imagem do contexto em que é produzido; - situação que faz parte do sentido do enunciado.
↓	↓
Interesse dos psicólogos, sociólogos, etc.	Interesse dos lingüistas (nosso interesse)

Quadro 4 – Situação externa x situação interna

Em síntese, partindo dos postulados ducrotianos até aqui apresentados, propomos que o alocutário construído, ser de discurso, deverá ser descoberto na própria situação interna criada pelo discurso, sem referência ao ser exterior, ser do mundo. O discurso, sucessão de enunciados (Ducrot, 1988, p. 53), tem um sentido e, por meio desse sentido, dá existência a um alocutário com características específicas resgatáveis. Esse é, pois, o primeiro argumento para a nossa definição de alocutário construído. Passemos, agora, ao nosso próximo argumento, relativo à definição desse alocutário, a partir da sua marcação explícita no discurso.

3.2.2 Das marcas explícitas: diferentes marcas para *eu* (locutor) e para *tu* (alocutário)

Seguindo a nossa proposta de que o alocutário é um ser constitutivo do discurso, assinalado no sentido dos enunciados, discutamos sobre os meios possíveis de resgatá-lo.

Em primeiro lugar, é evidente que a intersubjetividade inerente à língua, afiança formas lingüísticas para a expressão do locutor e do alocutário. Essas formas disponibilizadas pela língua compõem parte do conteúdo apresentado pelas gramáticas. Revisemos rapidamente.

3.2.2.1 O alocutário nas gramáticas

As gramáticas de Língua Portuguesa geralmente caracterizam os pronomes pessoais em função da capacidade que essa classe de palavras tem de representar um nome ou as pessoas do discurso.

Cegalla (2002) define os pronomes pessoais como “palavras que substituem os substantivos e representam as pessoas do discurso, sendo que estas são as que participam ou são objetos do ato da comunicação”.

Cunha e Cintra (2001) dizem que os pronomes pessoais caracterizam-se por indicarem *quem fala* (1ª pessoa: *eu* – singular; *nós* – plural), *com quem se fala* (2ª pessoa: *tu* – singular; *vós* – plural) e *de quem se fala* (3ª pessoa: *ele, ela* – singular; *eles, elas* – plural). Além desses, há as formas oblíquas *me, mim comigo* (1ª pessoa), *te, ti, contigo*, etc. e as reflexivas e recíprocas, que se referem à mesma pessoa ou à mesma coisa que o sujeito do verbo. Cunha e Cintra (2001, p. 279) destacam que o reflexivo apresenta três formas próprias (*se, si* e *consigo*) aplicáveis à terceira pessoa do singular ou do plural e formas equivalentes às do pronome oblíquo nas demais pessoas.

Efetivamente, constatamos que, segundo uma perspectiva gramatical, os pronomes pessoais disponíveis na língua para explicitar o alocutário são os retos *tu, vós* (quando em função subjetiva), os oblíquos átonos *te, vos* e os tônicos *ti, contigo, vós, convosco* (quando em função objetiva) e os reflexivos *te, vos, contigo, convosco*. Não obstante, há um problema nessa abordagem: a deferência às oposições morfológicas interiores à classe dos pronomes, em prejuízo dos valores semântico-pragmáticos. Assim, não se esclarece que os pronomes oblíquos átonos

*o, a, lhe, os, as, lhes*³ também podem denotar “a pessoa com quem se fala”. Dizer que esses pronomes correspondem à terceira pessoa, e que esta é a “pessoa de quem se fala”, anula o fato de que esses pronomes igualmente podem representar a segunda pessoa. Por exemplo, Cunha e Cintra citam o enunciado “Não o ver para mim é um suplício” como ilustração de uso do pronome oblíquo da terceira pessoa. No entanto, sabemos que, dependendo do contexto, o mesmo pronome pode referir-se à pessoa com a qual o locutor fala⁴.

Além dos pronomes pessoais, outras classes de pronomes são citadas pelas gramáticas como alusivas à segunda pessoa. Por exemplo, Cunha e Cintra (2001, p. 289) destacam que os pronomes de tratamento são as palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como “você”, “o senhor”, “Vossa Excelência”, designando a pessoa com quem se fala, ou seja, a segunda pessoa. Afora isso, refletem o tipo de tratamento do locutor para com a pessoa à qual se dirige. Conforme o cargo, o título, a idade e a dignidade da pessoa com quem se fala, o tratamento poderá ser familiar ou cerimonioso (Cegalla, 2002, p. 172). Há, ainda, os pronomes possessivos que se referem às pessoas do discurso, indicando aquilo que lhes cabe ou pertence (Cunha e Cintra, 2001; Cegalla, 2002). Entre as formas dos possessivos, as que aludem à segunda pessoa são, de acordo com Cunha e Cintra, os pronomes “teu(s)”, “tua(s)”, “vosso(s)” e “vossa(s)”. Cegalla (2002), acrescenta nessa lista os possessivos “seu(s)” e “sua(s)”, que podem se referir tanto à terceira, quanto à segunda pessoa.

Outrossim, os verbos também podem ser considerados formas previstas pela língua para aludir ao alocutário, apesar de serem tradicionalmente definidos como uma categoria que expressa um fato, um acontecimento, uma ação, um estado ou um fenômeno (Cegalla, 2002; Rocha Lima, 2003). Eles apresentam uma parte sujeita ao mecanismo flexional (Monteiro, 2002), constituída de variações de modo, tempo, número, voz, aspecto e, finalmente, de pessoa.

De acordo com Cunha e Cintra (2001), o verbo possui três pessoas que se relacionam com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito. A primeira, é aquela que fala (eu/nós); a segunda, é aquela a quem se fala (tu/vós); e a terceira é aquela

³ Os pronomes oblíquos da terceira pessoa *o, a, os, as* também pode aparecer nas formas *lo, la, los, las* (quando associados a verbos terminados em *-r, -s* ou *-z* e à palavra *eis* e aos pronomes *nos* e *vos*) e nas formas *no, na, nos, nas* (quando associados a verbos terminados em ditongos nasais).

⁴ Cunha e Cintra (2001) somente observam que a pessoa com quem se fala pode ser expressa também pelos pronomes de tratamento, que se constroem com o verbo na terceira pessoa.

de quem se fala (ele, ela / eles, elas). Segundo Monteiro (2002), a categoria da pessoa é indissociável da noção de número. Assim, essas noções aparecem combinadas em uma única desinência. Para o autor, é incorreto interpretar a desinência [mos] de *ouvíramos* como se o [s] indicasse o número e o [mo] assinalasse a pessoa. A interpretação correta é que o [mos] é um morfe indivisível, que tem por função marcar a pessoa e o número indissolúvelmente. Então, é esse morfe que identifica a forma verbal que alude ao alocutário.

Como podemos observar, há um paralelo entre o sistema pronominal e o verbal. Ambos estão organizados a partir do critério de oposições entre os morfemas indicativos da pessoa (primeira, segunda, terceira). Assim como no sistema pronominal, no sistema verbal a abordagem é essencialmente morfológica.

Com efeito, em se tratando da gramática, podemos dizer que as oposições morfológicas são prioridade, em prejuízo dos valores semântico-pragmáticos. Outro problema é que as formas são apresentadas como se fossem sempre unívocas e como se em qualquer contexto de uso implicassem sempre e exatamente determinada pessoa do discurso. Afora isso, não há alusão ao uso de outras classes de palavras, como a do substantivo, por exemplo, que pode referir ao alocutário. Esse modo de ver a linguagem decorre de uma concepção “monológica” da língua, desassociada de seu contexto lingüístico⁵. Por conseguinte, podemos concluir pela insuficiência da abordagem gramatical na análise das formas lingüísticas que assinalam o alocutário. Assim sendo, decidimos apresentar dois estudos lingüísticos que se apoiaram na linguagem em uso.

3.2.2.2 O alocutário em estudos lingüísticos

Partindo do princípio de que é no uso da língua que os itens lexicais e gramaticais assumem o seu significado e definem sua função, Moura Neves (2000, p. 449) propõe uma gramática que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil, a saber, a “Gramática de usos do português”.

⁵ De acordo com Camacho (2003, p. 65), “A concepção de uma língua isolada, fechada e monológica, desvinculada de seu contexto lingüístico real, corresponde à compreensão passiva que filólogos e sacerdotes tinham de uma língua estrangeira, escrita e morta.”

Nessa gramática, a autora afirma que o pronome pessoal tem natureza fórica, porque tem como traço categorial a capacidade de fazer referência pessoal. Ademais, acrescenta que o pronome pessoal pode referir a um dos interlocutores, entendidos como aqueles que pertencem ao circuito da comunicação, tendo, portanto, função exofórica ou dêitica. Esse caso se dá com o uso da primeira e da segunda pessoa.

Ao discutir sobre as funções dos pronomes pessoais, Moura Neves destaca que os pronomes podem ter uma função interacional, que representa na sentença os papéis do discurso, remetendo à situação de fala. Além disso, os pronomes têm como função a de constituir, na estrutura formal dos enunciados, expressões referenciais que representam os interlocutores que se revezam na enunciação. Assim, a primeira pessoa é aquela de quem parte o discurso, aparecendo no enunciado apenas quando o locutor faz referência a si mesmo (auto-referência); a segunda, é aquela a quem se dirige o discurso, aparecendo somente quando o locutor se dirige a ela; a terceira, é aquela sobre a qual é o discurso (Moura Neves, 2000, p. 452-457).

A partir dessa constatação, Moura Neves (2000, p. 457) apregoa a existência de dois eixos envolvidos na enunciação:

- a) um eixo subjetivo, que abriga as pessoas implicadas na **interação verbal**, isto é, as pessoas que têm papel discursivo, e que são o **locutor** (a **primeira pessoa**) e o **alocutário**, ou **receptor** (a **segunda pessoa**);
- b) um eixo não-subjetivo, que abriga as pessoas ou coisas implicadas na **interação verbal**, que são as entidades a que se faz referência na fala (a **terceira pessoa**, também chamada de **não-pessoa**). (Grifos da autora)

Ao descrever os empregos dos pronomes pessoais, a autora tece comentários que nos interessam sobre o uso da segunda pessoa.

Inicialmente, Moura Neves afirma que as formas *você* e *vocês* – que se referem à segunda pessoa, mas levam o verbo para a terceira – são mais difundidas que o *tu* para fazer referência ao interlocutor. Ela acrescenta que também é corrente na língua falada o uso das formas de segunda pessoa em enunciados em que se

emprega o tratamento *você*, como em “Queremos te conhecer, lemos coisas suas” e em “Já te disse, *você não tem jeito*”⁶.

Quanto às formas no plural, a autora diz que os pronomes pessoais de primeira pessoa sempre envolvem um não-eu; logo, nunca se referem exclusivamente à primeira pessoa. Nesse sentido, esses pronomes ou representam a soma da primeira pessoa com a segunda, a da primeira pessoa com a terceira, ou, ainda, a da primeira com a segunda e com a terceira pessoas. Já os pronomes plurais de segunda pessoa, entendidos como *vós* e *vocês*, podem referir quer à soma de mais de uma segunda pessoa, quer à soma de segunda pessoa e terceira.

Outra constatação de Moura Neves é a de que os pronomes plurais podem se destinar a outros usos que não o de pluralização. Em se tratando especificamente desse tipo de uso com a segunda pessoa, a autora destaca o emprego do pronome “ *vós*” em estilo cerimonioso. Nesses casos, o “ *vós*” pode ser empregado em referência singular ou plural (um ou mais interlocutores), em referência plural (mais de um interlocutor) e em referência singular (apenas um interlocutor). O uso do “ *vós*” em referência singular ou plural dá-se no gênero oratório ou no gênero literário, quando um escritor se dirige a seu(s) leitor(es), geralmente seguido de vocativo. Em referência plural, ocorre na linguagem bíblica (ou religiosa oficial) e no gênero dramático para uma personagem dirigir-se a seus espectadores. Em referência singular, aparece em preces ou invocações a Deus (sendo grafado com maiúscula), em linguagem ditada por cerimonial próprio de algumas comunidades particulares (como da oratória parlamentar ou acadêmica) e em linguagem literária que reproduz o tratamento dado a um membro da nobreza ou do clero (Moura Neves, 2000, p. 460-463).

Ainda em relação ao emprego dos pronomes pessoais, Moura Neves diz que esses pronomes podem fazer referência genérica. Assim, há casos em que o pronome “ *você*”, por exemplo, poderá ter valor indeterminado, isto é, poderá referir a uma pessoa qualquer. Analogamente, outras formas podem desempenhar essa função, como, por exemplo, a primeira pessoa do plural sendo usada para indeterminar o sujeito. Entretanto, essa indeterminação não é total, uma vez que na forma “ *nós*”, pelo menos o falante (eu) está incluído.

⁶ Exemplos apresentados pela autora (Moura Neves, 2000, p. 458).

Além do estudo de Moura Neves, podemos mencionar o trabalho de Fiorin (2002), que apresenta uma importante reflexão sobre os pronomes ao discorrer sobre a categoria lingüística da pessoa, bem como destaca o uso dos substantivos como formas de expressão dessa categoria. Nesse estudo, Fiorin elenca as neutralizações de oposições existentes no interior da categoria da pessoa. Partindo dos princípios benvenistianos de que a primeira e a segunda pessoa do plural não são simples pluralizações da primeira e da segunda do singular e de que somente a terceira do plural admite uma verdadeira pluralização da pessoa correspondente do singular, o autor admite a existência de cinco distinções na categoria da pessoa. Disso decorre que, em princípio, cada uma delas pode ser empregada com o valor de todas as outras, o que totaliza vinte possibilidades de neutralização.

Ao verificar as neutralizações que efetivamente ocorrem em língua portuguesa, o autor deixa-nos amostras das formas lingüísticas que podem ser empregadas para referir ao alocutário nesse idioma. São estas:

a) terceira pessoa pela segunda do singular: em que se trata a pessoa com quem se fala com um substantivo indicativo de um papel social, ou por seu nome, ou, até mesmo, por *ele*. Um dos exemplos dados pelo autor para ilustrar esse processo é “O meu filhinho brincou muito?” – típico da linguagem coloquial –, em que “o meu filhinho” significa *tu*. O substantivo empregado para substituir o *tu* pode ser um nome comum ou um apelativo que pode ser genérico (por exemplo, “o senhor”) ou designar uma profissão, um cargo, um título ou um grau (por exemplo, “doutor” ou “coronel”). Para Fiorin (2002, p. 88), o uso da terceira pessoa em lugar da segunda pode indicar afeto, carinho, ou respeito, porque o locutor exclui o outro da troca lingüística conferindo-lhe um lugar especial. O autor assevera que esse tipo de uso também pode indicar descontentamento ou desprezo, como nos casos em que uma mãe que, sendo chamada seguidamente por seu filho, responde “Que é que ele quer agora?”. Sendo assim, só o contexto poderá revelar o sentido desse uso. Fiorin também ressalta que a forma portuguesa “você” não consiste de um emprego da terceira pessoa pela segunda, uma vez que essa forma perdeu seu significado original e passou a ocupar o lugar do *tu*, como uma forma de segunda pessoa. O autor cita, ainda, os casos dos pronomes de tratamento e dos sujeitos indeterminados como formas de a terceira pessoa ter valor de *tu*;

b) terceira pessoa pela segunda do plural: em que um substantivo substitui o “vós”. Esse uso também pode se dar com formas indeterminadas com o valor de

segunda pessoa do plural, como em casos em que o pai diz aos filhos “Então, ninguém trabalha aqui nesta casa?”;

c) primeira pessoa do singular pela segunda do singular: é um caso próprio às ironias ou às identificações afetivas que descaracterizam a reciprocidade. Um dos exemplos apresentados pelo autor é o de uma mãe dizendo ao filho “Por que eu estou chorando?”;

d) primeira pessoa do plural pela segunda do plural: normalmente empregados para efeitos de ironia, como em “ – Então, nós estamos sempre certos, nós sabemos tudo e aí deu no que deu”;

e) segunda pessoa do plural pela segunda do singular: em que se dirige ao alocutário tratando-o por “vós”. Esse tipo de emprego já foi o tratamento respeitoso em todas as línguas românicas. Para Fiorin, dizer “vós” significa dar a si mesmo e ao outro um estatuto social, normalmente da superioridade daquele em relação a este. Há, também, casos em que o locutor usa o “vós” para demonstrar que o alocutário não pertence à mesma esfera de reciprocidade. Apesar desse tipo de emprego, Fiorin destaca que, na atualidade, os lugares sociais e as esferas de reciprocidade afrouxaram-se, dando lugar à expansão do tuteamento. Ademais, o emprego do “vós” não é unívoco, mas depende de contextos sociais determinados e das condições de enunciação;

f) segunda pessoa do singular pela segunda do plural: em que o locutor fala a um público usando o “tu”, dirigindo-se a cada um em particular e, ao mesmo tempo, implicando a todos;

g) primeira pessoa do plural pela segunda do singular: é um uso coloquial em que o “eu” se torna co-participante de qualquer coisa que se refira ao “tu”, como, por exemplo, em “Não exageremos”;

h) primeira pessoa do singular pela segunda do plural: em que o “eu” se refere ao locutor dirigindo-se a vários alocutários, descrevendo aquilo que estes fizeram como se ele o tivesse feito, gerando um efeito de sentido irônico. O exemplo dado por Fiorin para ilustrar essa neutralização é “Então, é assim, tomo iniciativas sem consultar ninguém?”.

Parece claro, a partir desses estudos⁷, que há outras formas de assinalar o alocutário, não previstas pelas gramáticas, mas perfeitamente passíveis de serem

⁷ Recomendamos, ainda, a leitura de Borges (2004), que, a partir de fundamentos da Teoria da Gramaticalização, da Teoria da Variação e Mudança Lingüística e da Teoria da Enunciação, explica o

empregadas no uso da linguagem. Por essa razão, é somente no contexto que uma determinada forma pode ser considerada como alusiva ao alocutário. Aliás, o emprego dessas formas lingüísticas nos contextos enunciativos não é acidental, antes, advém do tipo de tratamento que o locutor dispensa a seu alocutário.

A propósito, Ducrot (1988), ao explicar sobre o locutor, afirma que esse locutor tem, no enunciado, marcas próprias, que denunciam a sua presença, como as de primeira pessoa (*eu, mim, me, etc.*) e, em certa medida, *aqui e agora*. No entanto, essas marcas só podem ser asseguradas na referência interna ao discurso. Isso fica evidente quando o autor apresenta uma ilustração em que o “eu” designa o “tu”. É o caso, no português, de expressões como “O que que eu estou querendo?”, proferidas, por exemplo, para censurar a curiosidade de alguém que está mexendo nas coisas alheias. Nesses casos, o “eu” não designa aquele que fala; designa aquele com quem se fala.

Com isso, percebemos que a abordagem essencialmente morfológica das gramáticas compromete a interpretação do alocutário como ser de discurso, uma vez que permite a confusão entre os morfemas de segunda pessoa e os indícios do alocutário. Além disso, essa abordagem não permite o entendimento de que outras classes podem, em determinados contextos, remeter ao *tu*, como a classe dos substantivos, por exemplo. Evidentemente, o uso das marcas de segunda pessoa, tal como propõem as gramáticas, muitas vezes, e talvez até mesmo na maioria das vezes, é alusivo ao alocutário. Porém, esses morfemas não são garantia de marcação explícita do alocutário, visto que é impossível prever, antes do uso, os valores atribuídos pelo locutor às palavras de seus enunciados. A impossibilidade de assegurar previamente que uma determinada forma explicita o alocutário é outro argumento para a nossa posição de que é apenas no sentido que é possível determinar o alocutário construído. Nessa perspectiva, os efeitos de sentido passíveis de se atribuir a uma forma lingüística são ilimitados, porque dependem das relações estabelecidas entre todos os elementos de um enunciado específico.

Contudo, não é suficiente para a nossa pesquisa dizer que, apesar de haver marcas lingüísticas freqüentemente associadas à segunda pessoa, é somente no uso que podemos recuperar os sentidos efetivos de tais marcas. Relembremos, com Ducrot (1988), que as relações do locutor com as pessoas a quem se dirige

processo de pessoalização em torno do uso do pronome pessoal *a gente* no português brasileiro. Nesse estudo, o autor observa diferentes graus de pessoalização de “a gente”.

(indicações intersubjetivas) são interiores ao sentido do enunciado. Assim sendo, tudo em um enunciado configura as relações intersubjetivas e não apenas determinadas marcas. Dessa forma, o alocutário é também anunciado no discurso implicitamente. Passemos a essa discussão.

3.2.3 Da marcação implícita: o ponto de vista

Conforme assinalamos, muitas abordagens teorizam que há nos enunciados indicações formais da presença do alocutário na superfície do enunciado, tais como pronomes, verbos, substantivos, certos advérbios, modalizadores, etc. Nesse sentido, estudar essa pessoa do discurso significa localizar essas marcas lingüísticas.

Todavia, segundo os argumentos que vimos apresentando, o alocutário é constitutivo do discurso do locutor, de modo que o discurso se organiza em função desse alocutário. Dessa forma, buscar exclusivamente as indicações preconizadas pelas teorias apresentadas no primeiro capítulo, bem como pelas gramáticas, é limitar a nossa pesquisa.

Contudo, se inexistem marcas previamente determinadas, como poderemos resgatar o alocutário do discurso? Para nós, a chave da resposta encontramos na teoria da polifonia, o que, aliás, legitima a nossa opção pela teoria ducrotiana. Entendemos que há sim uma noção, não mais relativa ao nível superficial, mas a outro, implícito, que viabiliza o resgate do alocutário construído. Referimo-nos à noção de ponto de vista. Examinemos, então, essa noção.

Ducrot (1988, p.19, 20) alega que todo enunciado apresenta certo número de pontos de vista relativos às circunstâncias das quais se fala. Por essa razão, descrever um enunciado implica responder a perguntas como *o enunciado contém a função locutor?, a quem se atribui essa função?, a quem o locutor se assemelha?, quais são as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado?* e *a quem se atribuem eventualmente essas funções?* O locutor, noção explanada anteriormente, é quem dá existência aos enunciadores e quem organiza os pontos de vista e as atitudes desses enunciadores (Ducrot, 1987, p. 193).

Ducrot define os enunciadores como "as origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam em um enunciado" (Ducrot, 1988, p. 20). Assim, os enunciadores não são pessoas, mas "pontos de perspectiva abstratos". O locutor pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas, em geral, guarda certa distância deles.

Para elucidar a noção de "pontos de vista abstratos", o autor vale-se do humor e da negação. Em relação ao humor, ele propõe que um enunciado humorístico cumpre três condições: (i) entre os pontos de vista representados no enunciado, pelo menos um é absurdo ou insustentável em si mesmo ou no contexto; (ii) o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor; (iii) no enunciado não se expressa nenhum enunciador que retifique o ponto de vista absurdo (Ducrot, 1998, p. 20). Entre os enunciados humorísticos, o autor inclui os irônicos, cujo ponto de vista absurdo pode ser atribuído a um personagem determinado, que se pretende ridicularizar.

Ducrot ilustra esse processo com a expressão *Que bonito!*, usada para criticar ou censurar alguém. Essa expressão apresenta um enunciador que faz uma apreciação favorável à ação, mas o faz com a idéia de que essa apreciação é absurda. O locutor não se identifica com o enunciador favorável, de modo que essa ausência de identificação cria o sentimento de uma crítica desfavorável.

Quanto à negação, Ducrot inspira-se no pensamento freudiano de que, quando alguém enuncia uma frase negativa "não-P", em seu enunciado expressam-se duas vozes, a saber, a da libido, que se expressa por meio do ato P, e a do superego, que se expressa pela reprovação ligada ao morfema negativo "não". Dessa forma, a negação permite dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las, agradando a todos.

A partir desse pensamento, Ducrot apresenta a sua concepção lingüística da negação:

... em um enunciado negativo não-P, há pelo menos dois enunciadores: um primeiro enunciador E_1 que expressa o ponto de vista representado por P, e um segundo enunciador E_2 que apresenta uma reprovação a esse ponto de vista. Um enunciado negativo é uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro (Ducrot, 1988, p. 23).

Segundo o autor, esse tipo de análise explica determinados fenômenos lingüísticos como o uso de “ao contrário”, de pronomes anafóricos e dos mal-entendidos. Vejamos:

- (a) uso de “ao contrário” – em uma frase como “Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa”, o primeiro segmento “Pedro não veio” apresenta um ponto de vista positivo (segundo o qual Pedro veio) e outro ponto de vista que rechaça o anterior. Nesse sentido, ao dizer “ao contrário, ficou em casa”, extrai-se do primeiro segmento da frase o ponto de vista do enunciador positivo E_1 , ao qual o locutor se opõe;
- (b) uso de pronomes anafóricos – em um enunciado como “Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa e eu lamento isso” o anafórico “isso” remete ao ponto de vista do enunciador negativo E_2 . No entanto, se a continuação fosse “Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa. Que pena! Isso teria me agradado”, o pronome “isso” remete ao enunciador positivo E_1 ;
- (c) os mal-entendidos – se no enunciado “Pedro não veio” o alocutário crê que lhe fora atribuído o enunciador E_1 (o ponto de vista falso), ocorrerá um mal-entendido. Por essa razão, poderá, até mesmo, responder com agressividade “Eu nunca pensei que Pedro viria”. Além disso, o primeiro locutor poderá replicar com o enunciado “Eu nunca disse que tu pensavas que Pedro viria. É João quem pensa. Por que supões que sempre estamos falando de ti?”, negando ter atribuído ao seu destinatário o enunciador E_1 .

Temos, com isso, que o locutor põe em cena uma série de enunciadores que podem não ser assimilados a ele.

O conceito de assimilação pode ser mais bem compreendido a partir da concepção ducrotiana do sentido baseada na teoria da polifonia. Conforme Ducrot (1988; 2001), há três elementos do sentido. O primeiro elemento é a apresentação dos pontos de vista que são associados aos enunciadores. O segundo, é a apresentação do locutor, no sentido do enunciado, como tendo certas atitudes⁸ com relação aos enunciadores. Essas atitudes podem ser diversas, mas Ducrot distingue

⁸ Ducrot (1988, p. 66) refere-se a essa atitude como a indicação da posição que o locutor tem com relação aos enunciadores. No entanto, Ducrot (2001, p. 21) corrige esse pensamento, preferindo a idéia de que o locutor é apresentado como tendo certas atitudes para com os enunciadores.

quatro: (1) a de identificação⁹, na qual o locutor dá ao enunciador o papel de seu porta-voz, de modo que a enunciação é apresentada como destinada a impor o ponto de vista do enunciador; (2) a de aprovação, na qual o locutor indica que está de acordo com o enunciador, ainda se o enunciado não tem como objetivo impor o ponto de vista desse enunciador; (3) a de oposição, na qual o locutor se opõe ao enunciador, rechaçando o seu ponto de vista; e (4) a de consideração do enunciador como objeto de desejo, de crença, etc. Finalmente, o terceiro elemento do sentido é a assimilação de um enunciador a uma pessoa X. Assim, o enunciado atribui ao locutor a responsabilidade de escolha dos pontos de vista dos enunciadores, de ter certas atitudes com relação a esses enunciadores e de dar indicações sobre a identidade dos enunciadores.

Sobre esse terceiro elemento do sentido, o da identidade dos enunciadores, Ducrot (1987; 1988; 2001) diz que o locutor pode assimilar os enunciadores a diferentes seres. Como vimos, ele pode assimilar a si mesmo, dando ao enunciador o papel de seu porta-voz. Mas ele também pode ser assimilado, por exemplo, a um grupo de pessoas. Ducrot (1988, p. 69 - 70) analisa um dos discursos do General Franco, no qual o general anuncia certas reformas à economia espanhola, dizendo “Atuaremos com prudência, mas com continuidade”. Para Ducrot, há quatro enunciadores nesse enunciado. O primeiro, E1, indica que a ação será prudente. E2 conclui que prudência conduz à ineficácia. E3 insiste na continuidade. O último, E4, conclui que a continuidade conduz à não-ineficácia, ou seja, à eficácia. De acordo com Ducrot, o locutor se identifica com E1, E3 e E4 e rechaça E2. A quem, então, se assimila o ponto de vista atribuído a E2? Para o autor, E2 está representado por todos aqueles que não crêem na seriedade das reformas, às pessoas que reprovavam o fato de Franco não fazer mudanças na Espanha, isto é, E2 assimila-se às pessoas de esquerda, que desejam mudanças na época franquista.

Outro exemplo de não-assimilação do enunciador ao locutor é o da negação polêmica, já mencionada. Ducrot (2001, p. 30 - 31) diz que quando o locutor põe em relação dois pontos de vista por intermédio dos enunciadores, ele mostra um desacordo para com o enunciador do ponto de vista que refuta. Assim, o locutor não faz mais – talvez, aqui, devemos pensar que o locutor aparece no enunciado como

⁹ Para Ducrot (2001, p. 21) a palavra “identificação”, empregada em Ducrot (1988, p. 66), não é a mais apropriada. Como, porém, o autor não propõe um termo substituto, conservaremos a palavra “identificação” para referir à atitude de apresentação do enunciador como porta-voz do locutor.

não fazendo mais – que imaginar alguém que sustentaria esse ponto de vista. Esse alguém pode ser um grande número de pessoas reais, o interlocutor, pessoas fora da alocação, etc.

Para encerrar essa discussão da assimilação, vejamos um último exemplo. Trata-se da anedota do restaurante de luxo:

Em um restaurante de luxo, um freguês sentou-se à mesa tendo como única companhia seu cachorro, um pequeno teckel. O gerente vem estabelecer uma conversa e elogia a qualidade do restaurante: “o senhor sabia que nosso mestre é o antigo cozinheiro do rei Farouk?” – “muito bem!” diz simplesmente o freguês. O gerente, sem desanimar: “e o nosso despenseiro é o antigo despenseiro da corte da Inglaterra... Quanto a nosso pasteleiro, nós trouxemos o do imperador Bao-Dai”. Diante do mutismo do freguês o gerente muda de conversa: “O senhor tem aí um belo teckel”. Ao que o freguês responde: “Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo”. (Ducrot, 1987, p. 199)

De acordo com Ducrot, o enunciado irônico “Meu teckel, senhor, é um antigo São-Bernardo” apresenta um ponto de vista absurdo de um enunciador que não corresponde ao locutor. Nesse caso específico, a responsabilidade do ponto de vista absurdo é atribuída a um enunciador assimilado ao alocutário, o gerente do restaurante (Ducrot, 1987, p. 198,199).

Mediante essas ilustrações, entendemos que há, para o locutor, três possibilidades de assimilação dos enunciadores:

	→ ao locutor
ASSIMILAÇÃO	→ ao alocutário
	→ a terceiros - alguém imaginado que não o alocutário, voz geral, sabedoria popular ou pensamento universal

Quadro 5 – Assimilação dos Enunciadores

Seguindo esse quadro, parece-nos possível encontrar mais um argumento para a nossa definição de alocutário construído. Como observamos, o enunciado

pode comportar pontos de vista atribuídos ao alocutário. Esses pontos de vista são interiores ao enunciado e, como tal, revelam uma imagem que o locutor faz de seu alocutário. Essa construção se dá por atribuir-lhe algo. Isso explica, por exemplo, certos mal-entendidos do cotidiano: o locutor atribui ao alocutário um ponto de vista que ele não tinha, ou seja, um mal-entendido é o resultado de um desenho que o locutor fez de seu alocutário que não corresponde ao alocutário real do mundo. Não é o alocutário em si, mas o alocutário que o locutor pensa – ou quer aparentar que pensa – ser. Trata-se, na verdade, de um ser discursivo, apresentado com certas especificidades e atribuições pensadas pelo locutor. Assim, parece-nos evidente, que se trata de uma construção do alocutário.

Até aqui, vimos que o locutor pode rechaçar um ponto de vista, atribuindo-o ao alocutário e dissemos que essa atitude revela uma construção do locutor sobre o alocutário. Resta-nos, contudo, uma última indagação: podemos pensar em alocutário construído a partir de um enunciador que é o porta-voz do locutor? Para responder a essa questão, nos será necessário discutir, agora, sobre a natureza do “ponto de vista”.

Donaire (2000, 2004), em sua leitura da obra ducrotiana, atesta que Ducrot não define explicitamente a noção de ponto de vista. Para a autora, “ponto de vista” é um conceito que a Lingüística adota em sentido metafórico, permitindo a confusão com realidades extralingüísticas de ordem espacial, visual ou acústica. Essa imprecisão decorre do escasso desenvolvimento que o próprio Ducrot atribui a essa noção. Assim, Donaire (2000) propõe-se a refletir sobre essa noção impedindo deslizamentos a âmbitos extralingüísticos.

Apesar da imprecisão, Donaire (2000, 2004) diz que é possível recuperar argumentos na teoria ducrotiana para discorrer sobre os pontos de vista. Em primeiro lugar, ela mostra que Ducrot destaca que essa noção não se identifica com um material lingüístico preciso.

Aderindo ao princípio ducrotiano de que a língua é discurso, ela assevera que a noção de ponto de vista enquanto instância lingüística tem natureza discursiva, quer dizer, o ponto de vista é uma determinada forma de discurso. Porém, destaca a autora, algumas dúvidas permanecem:

Ainda que locutor e enunciadores pertençam ambos à imagem que oferece o enunciado de sua própria enunciação, as “vozes” que um

enunciado deixa “ouvir” não têm todas o mesmo estatuto. A “voz” do locutor tem uma manifestação discursiva, uma dimensão verbal, palavras lhe são atribuídas, enquanto as “vozes” dos enunciadores não se identificam com palavras precisas. As “palavras”, a superfície do enunciado, não são atribuíveis aos enunciadores, mas lhes corresponde algo de ordem mais profunda, talvez um determinado tratamento semântico ou semântico-pragmático das palavras, e isso será o que se denomina “ponto de vista”. Trata-se, então, de “algo” superposto ao significado das palavras? E um problema que o próprio Ducrot se colocava: como identificar esse “algo” se não se manifesta “nas palavras”?¹⁰ (Donaire, 2000, p. 75).

Para a autora, a obra ducrotiana permite a inferência de que a noção de ponto de vista é relativa aos enunciadores e não ao locutor. O locutor é o ser de discurso responsável pelo enunciado, bem como pelos enunciadores convocados. Entretanto, a responsabilidade última do enunciado aparece vinculada diretamente ao locutor, enquanto a responsabilidade dos distintos pontos de vista se manifesta de forma indireta. A responsabilidade do locutor manifesta-se pela gestão dos pontos de vista que constroem o sentido do enunciado.

Porém, Donaire afirma que o próprio Ducrot oscila entre atribuir ou não ao locutor os pontos de vista. Por um lado, estabelece claramente a diferença entre locutor (responsável pelo enunciado) e enunciadores (responsáveis pelos pontos de vista); por outro lado, permite atribuir ao locutor pontos de vista ou atitudes.

Donaire diz que a dificuldade aumenta ao constatar que as ocorrências de pontos de vista mostram também uma diversidade quanto à sua natureza. Em certos casos, manifestam-se por meio de unidades da língua; em outros, por meio de elementos de ordem pragmática e não apresentam uma dimensão morfossintática.

Além dessas, outras imprecisões são também destacadas pela autora:

Ducrot oferece escassas pistas para eliminar as dúvidas fundamentais acerca do funcionamento da polifonia. Uma delas, chave para entender e explicar a polifonia: o que é um ponto de vista? Dessa, derivam outras como: qual é a sua natureza? Como descrevê-lo? Que relação guarda o ponto de vista com o significado das palavras e/ou com o sentido do enunciado? Outra pergunta, não menos importante: *enunciador* e *ponto de vista* são uma mesma dimensão do enunciado, ou, pelo contrário, são instâncias diferentes? Para responder a essas perguntas é necessário encontrar resposta, ao mesmo tempo, a outras que surgem de modo imediato: qual é a relação entre locutor e enunciadores? Podem-se descrever relações diferentes entre locutor e enunciadores? Que

¹⁰ Tradução livre.

relação se estabelece entre os pontos de vista convocados e o tecido argumentativo?¹¹ (Donaire, 2000, p. 77).

Donaire posiciona-se em relação a essas imprecisões, apregoando que a noção de ponto de vista está estreitamente relacionada às noções de locutor e de enunciador, de modo que toda descrição daquela deverá considerar estas. Locutor, ponto de vista e enunciadores fazem parte da imagem que o enunciado oferece de sua própria enunciação, e o lingüista os distingue para explicar o sentido e dirigir a interpretação do enunciado. São imagens do discurso, constituídas por discurso, que podem ser distinguidas porque constituem imagens diferentes, com atribuições diferentes no conjunto discursivo.

De acordo com a autora, o locutor, como instância a quem o enunciado atribui sua responsabilidade, é o ponto de referência das instruções que contém o enunciado para a sua própria interpretação. Contudo, o enunciado apresenta-se como uma superposição de discursos relacionados entre si, de cuja relação particular resulta o sentido do enunciado. Com isso, o enunciado não representa uma estrutura linear e simples. O enunciado tem um sentido, que é constituído de distintos pontos de vista, de um debate entre pontos de vista (“diálogo cristalizado”). Eis o fundamento da polifonia e a justificativa para a identificação de pontos de vista diferentes, que fundam discursos superpostos e, por conseguinte, “responsabilidades distintas da do locutor, que remetem a este indireta e necessariamente, instâncias convocadas pelo mesmo enunciado e tão indissociáveis dele como o próprio locutor” (Donaire, 2000, p. 80). A noção de enunciador é legitimada, então, pelo fato de que os pontos de vista não se apresentam como responsabilidade direta do locutor. Os enunciadores são os responsáveis pelos pontos de vista convocados, pelas instruções semânticas que não conduzem diretamente ao sentido do enunciado, mas indiretamente, pela relação que mantêm entre si e com o conjunto do enunciado.

À continuação, Donaire considera que, assim como o locutor é indissociável do enunciado, os enunciadores são indissociáveis dos pontos de vista. Logo, enunciado e ponto de vista remetem ao discurso e locutor e enunciador à responsabilidade do discurso – responsabilidade enquanto ponto de referência, e não responsabilidade consciente, já que o desdobramento do enunciado pela

¹¹ Tradução livre.

multiplicação de pontos de vista é um mero artifício discursivo e a distinção locutor e enunciadores é puramente metodológica.

Destarte, enunciador e ponto de vista não constituem duas instâncias diferentes, mas dois aspectos de uma mesma realidade discursiva, assim como locutor e enunciado:

Locutor é a instância discursiva que permite reconhecer uma determinada forma de discurso, o enunciado; o “lugar”, o espaço discursivo de onde se dá existência a um enunciado. O termo *enunciador* designa a instância discursiva que permite reconhecer uma determinada forma de discurso, o ponto de vista; o “lugar”, o espaço discursivo de onde se dá existência a um ponto de vista. Supõe a inscrição de um ponto de vista no enunciado, um ponto de vista enunciador.¹² (Donaire, 2000, p. 80 -81)

Segundo a autora, enunciado e ponto de vista, enquanto formas de discurso, têm em comum seu caráter dialógico, mas este se realiza de modo diferente em um e em outro. O enunciado realiza-se pelo debate entre pontos de vista que constitui sua própria significação, ponto de vista dialógico por natureza, posto que é o resultado de uma seleção e menciona, por exclusão, outros pontos de vista possíveis. Como instrução para interpretar o sentido do enunciado, o ponto de vista é de ordem argumentativa e pode estar ligado ao léxico ou à oração. Assim, o ponto de vista tem um valor relacional, surge da relação entre dois conteúdos, de modo que o ponto de vista será diferente conforme se estabeleça relação entre A e B, ou entre A e C.

Donaire (2004) diz que a imagem que o enunciado oferece de si mesmo é a de uma superposição de discursos. Esses discursos determinam orientações argumentativas distintas, ou seja, constituem pontos de vista. O enunciado se apresenta como um intercâmbio de pontos de vista, posições diversas, cuja responsabilidade se atribui a distintos enunciadores. Vejamos:

Os pontos de vista convocados pelo enunciado formam parte, portanto, da representação que este oferece de sua própria enunciação, o que supõe que estão constituídos por discursos. Um ponto de vista é, pois, uma forma de discurso.

Adotar um ponto de vista é tomar uma posição em um debate. Tanto em sua acepção habitual quanto em sua acepção lingüística, um ponto de vista contém como elemento constitutivo a menção, ainda

¹² Tradução livre.

que não explícita, de outro(s) pontos(s) de vista, de modo que enunciado e ponto de vista, enquanto formas de discurso, têm em comum seu caráter dialógico¹³. (Donaire, 2004, p. 126)

Em seguida, a autora assume que um ponto de vista é, por definição, um ponto de vista X acerca de A, um discurso X acerca de A, o que determina uma relação entre X e A. Por definição, esse discurso é também um discurso orientado, pois supõe a seleção de X entre X, Y, Z, etc., conjunto de formas semânticas vinculadas a A, que permitem a sua enunciação.

Ainda que Donaire complemente a noção ducrotiana de ponto de vista, definindo-a como uma seleção/exclusão de uma determinada orientação argumentativa, há algo que para nós permanece obscuro em seu trabalho: a natureza de A. Ora, Donaire (2004) propõe que um ponto de vista X é selecionado entre X, Y, Z, etc. em relação a A, o que dá a entender que X é anterior a A. Em outro momento (Donaire, 2000), diz que um ponto de vista surge da relação entre dois conteúdos, de forma que o ponto de vista será diferente segundo se estabeleça a relação entre A e B ou entre A e C, do que se infere que da relação A e B emerge X. Afora isso, a autora não esclarece o que é precisamente A, B, C, etc.

Responder a essas questões não é tão simples. Um mesmo enunciado sempre inclui pontos de vista superpostos? A, B, C, etc. são ilimitados? Se há limites, quais são? A, B, C, etc. estarão necessariamente relacionados, visando um fim comum? Podem referir a níveis diferentes da enunciação? O que parece evidente é que estabelecer relações entre A, B, C, etc. implica diferentes descrições de um mesmo enunciado, dependendo do que o analista pretende observar.

Como podemos ver, embora Donaire aprofunde o debate ducrotiano em relação à natureza do ponto de vista, algumas imprecisões persistem. Porém, apesar das inegáveis dificuldades para se responder a essas questões – o que provavelmente poderia ser o objeto de estudo de uma outra pesquisa – acreditamos que os enunciados de um discurso podem relacionar, pelo menos, A e B, sendo A um conteúdo de qualquer natureza, e B, um conteúdo relativo ao alocutário. Se, como diz Ducrot, (1) a linguagem é interativa e se caracteriza pela ação intencional, de modo que o homem não age com o outro (o interlocutor), mas sobre ele, objetivando influenciá-lo, o que o leva a usar mais força argumentativa do que informativa em seu discurso, e, como diz Donaire (2) não há interesse em “afirmar” a

¹³ Tradução livre.

menos que se afirme para “afirmar-se” frente ao outro e (3) o alocutário é a motivação, a razão de ser do locutor, é sensato afirmarmos que o discurso contém pontos de vista sobre a pessoa a quem ele se dirige. Assim, ainda que o locutor expresse um ponto de vista A, sobrepõe-se um ponto de vista B, relativo ao alocutário. Esses pontos de vista estão necessariamente em relação. Dessa forma, fundamentamo-nos na idéia de que, ainda que um determinado discurso não objetive falar diretamente sobre o alocutário, este de qualquer maneira será anunciado.

Lembremos que a pergunta que motivou essa discussão incidia sobre a possibilidade de o alocutário ser construído por meio de um enunciador que é o porta-voz do locutor. Para isso, discorremos sobre a natureza do ponto de vista e vimos que o alocutário pode ser um dos conteúdos do ponto de vista. Falta-nos, contudo, resolver esta questão: a quem atribuir a responsabilidade do ponto de vista sobre o alocutário?

Para Donaire (2000; 2003), enunciadores e locutor fazem parte da imagem que o enunciado oferece de sua própria enunciação e, portanto, são puras formas. O locutor é a instância à qual se atribui a responsabilidade do enunciado, enquanto aos enunciadores é atribuída a responsabilidade pelos pontos de vista convocados no enunciado, instruções semânticas que não conduzem diretamente ao sentido do enunciado, mas indiretamente, pela relação que mantém entre si e com o conjunto do enunciado. Como consequência, os enunciadores são indissociáveis da enunciação e indissociáveis do locutor, ainda que formalmente distintos. Podemos compreender, com isso, que se trata de uma distinção apenas formal. Os enunciadores não são uma “criação” do locutor, mas ambas instâncias, locutor e enunciadores, são formas de enunciação e constituem a relevância do enunciado.

Para “destruir” o caráter paradoxal desse pensamento (paradoxal porque a responsabilidade última do enunciado é atribuída ao locutor, contudo nele confluem responsabilidades diferentes da do locutor, atribuídas a enunciadores), Donaire (2003) apregoa que essas “outras” responsabilidades são “outra” forma de representação da responsabilidade do locutor. Nesse sentido, há uma alteridade própria ao locutor que deve ser interpretada como um efeito do seu desdobramento. Os enunciadores são responsáveis por assinalar a presença dos pontos de vista no enunciado. Essa responsabilidade, na enunciação, tanto no caso do locutor como no

dos enunciadores, deve ser entendida como origem do discurso, como ponto de referência das instruções semânticas que determinam o sentido do enunciado.

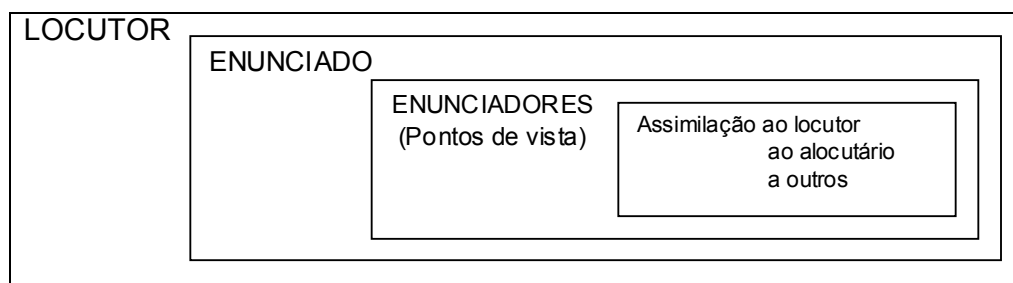
Para Donaire (2003), essa forma de responsabilidade combina a noção de discurso com a de espaço (origem), permitindo uma definição mais precisa para locutor e enunciadores. Locutor designa a instância enunciativa que aparece como a origem de uma determinada forma de discurso, o ponto de vista, sendo o espaço (discursivo) de onde se dá existência a um enunciado. E, os enunciadores são o espaço (discursivo) de onde se dá existência aos pontos de vista.

Dois comentários acerca dessas reflexões. Se, por um lado, os enunciadores são os responsáveis pelos pontos de vista, por outro, é o locutor quem agencia essa responsabilidade. Nessa perspectiva, o enunciado em sua totalidade é apresentado como atribuível a um locutor. A diferença entre locutor e enunciador é puramente metodológica, de modo que não podemos isentar por completo a responsabilidade do locutor: o enunciado lhe pertence.

O segundo comentário refere-se ao fato de Donaire abster-se de desenvolver um aspecto importante na proposta de Ducrot (1987; 1988; 2001), a saber, a já mencionada assimilação dos enunciadores ao locutor, ao alocutário ou a terceiros. Com isso, a autora não esclarece que o locutor é quem, ainda, atribui a responsabilidade dos pontos de vista a enunciadores assimilados a seres construídos no próprio discurso, entre os quais, o próprio locutor¹⁴. Para a autora, locutor, ponto de vista e enunciadores fazem parte da imagem que o enunciado oferece de sua enunciação. Para nós, falta no trabalho de Donaire a noção de “assimilação” como constitutiva da imagem que o enunciado dá de sua enunciação.

O quadro esquemático que apresentamos a seguir permitirá aclarar a nossa posição:

¹⁴ Devemos destacar que Donaire (1998b) menciona que o enunciado pode atribuir uma identidade aos pontos de vista convocados, responsabilizando-os a instâncias da própria enunciação, locutor e alocutário, seres de discurso, ou personagens do discurso designados por nome próprio ou por sintagma nominal (personagens de discurso).



Quadro 6 – Atitudes do locutor

Por esse esquema, leiamos: o locutor tem a responsabilidade pelo enunciado como um todo, isto é, por todas as relações que estabelece no interior do enunciado. O enunciado apresenta pontos de vista, cuja responsabilidade é atribuída aos enunciadores. Os enunciadores podem ser assimilados ao locutor, ao alocutário ou a terceiros. Na leitura inversa, podemos dizer que um alocutário, assimilado a um enunciador que apresenta determinado ponto de vista no enunciado é uma construção do locutor.

Isso posto, o nosso próximo argumento é o de que além do ponto de vista que o locutor pode atribuir a seu alocutário, um discurso pode apresentar pontos de vista de enunciadores assimilados ao locutor que aludem ao seu alocutário, independentemente de fazê-lo direta ou indiretamente.

Nesse sentido, em relação à assimilação, reformulamos o quadro 5:

ASSIMILAÇÃO	→ ao locutor (objeto de nosso interesse se, e somente se, o ponto de vista alude ao alocutário).
	→ ao alocutário (objeto permanente de nosso interesse).
	→ a terceiros - alguém imaginado que não o alocutário, voz geral, sabedoria popular ou pensamento universal (objeto de nosso interesse se, e somente se, a assimilação incluir o alocutário).

Quadro 7 – Assimilação dos enunciadores

Apresentados os argumentos que sustentam a nossa definição de alocutário construído, resta-nos reunir as nossas reflexões em forma de síntese. É o que faremos a seguir.

3.2.4 Definindo o alocutário construído a partir de uma proposta polifônico-discursiva

No início deste capítulo, propusemo-nos a fundamentar nossa definição de alocutário construído, segundo a abordagem polifônica de Ducrot (1987; 1988; 2001). Na seqüência, apresentamos uma série de argumentos que foram dando feitiço a essa definição. Compete-nos, agora, sintetizar essas reflexões de modo a tornar compreensível o nosso construto teórico.

Em primeiro lugar, recordemos que o nosso interesse se concentra na relação sentido-enunciado-discurso. Com isso queremos dizer que na nossa investigação descreveremos o alocutário a partir do sentido dos enunciados que compõem o discurso.

Em relação à terminologia, optamos pelo vocábulo “alocutário”¹⁵ visto que é o correlato do termo “locutor”. Como vimos, o sujeito empírico tem como correlato o ser real, o interlocutor ouvinte-interpretante. Já locutor e alocutário são seres de discurso, que fazem parte do sentido dos enunciados, fato que os aproxima da nossa proposta¹⁶.

Quanto ao estatuto, entendemos por alocutário construído aquele que é constitutivo do discurso do locutor. Em outras palavras, há indicações desse alocutário no interior do discurso. Assim, ele só pode ser descrito mediante uma concepção sui-referencial da língua, sem qualquer relação com o mundo exterior.

Outro argumento para a nossa definição é o de que esse alocutário constitutivo do discurso pode ser resgatado. Diferentemente das abordagens que delimitam marcas superficiais específicas como anunciadoras da presença do alocutário, para nós, as relações intersubjetivas inerentes à linguagem evidenciam

¹⁵ Eventualmente, utilizaremos também o termo *tu* em lugar de *alocutário* e o termo *eu* em lugar de *locutor*.

¹⁶ No Dicionário Aurélio (2004), a entrada “ouvinte” tem em uma de suas acepções esta definição: “pessoa que assiste a um discurso, conferência, preleção, aula, etc.; ouvidor”. No que se refere à entrada “interlocutor”, encontramos: “aquele que fala com outro; colocutor”.

que o discurso como um todo é pensado em função do alocutário, de como agir sobre ele, influenciando-o e, com isso, de como afirmar-se frente a ele. Como o alocutário é a motivação, a razão de ser do locutor, todo o discurso deverá deixar sinais de sua presença. Sinais que não podem ser previamente estabelecidos por nenhuma marca pré-determinada¹⁷.

Destarte, não é em marcas específicas que buscamos o alocutário. Acreditamos que o alocutário é resgatável mediante os pontos de vista intrínsecos ao enunciado. Seguindo Donaire (2003), o enunciado está constituído por discursos superpostos que adotam a forma de ponto de vista e estes são formas de discurso que não estão representadas por palavras precisas na superfície do enunciado. E, a instância enunciativa do locutor é o centro da estrutura semântica do enunciado. Assim, ainda que falemos em alocutário, referimo-nos, na verdade, ao locutor e à imagem que ele cria do alocutário. Daí, a nossa opção pela expressão “alocutário construído”.

Por conseguinte, os pontos de vista apresentados no enunciado como um todo são agenciados pelo locutor, ele é o ponto de referência. Porém, por formalidade, podemos dizer que o locutor não se apresenta como responsável por todos os pontos de vista¹⁸. Ao contrário, ele dá lugar à existência de enunciadores, responsabilizando-os pelos pontos de vista. Esses enunciadores podem apresentar pontos de vista de naturezas diversas, entre os quais, pontos de vista que o locutor tem sobre o alocutário. O locutor pode, ainda, assimilar esses enunciadores ao alocutário, a terceiros, ou ao alocutário e a terceiros, como se fossem eles que apresentassem tal ponto de vista.

Nesse sentido, pretendemos resgatar quatro pontos de vista nos enunciados que se relacionam ao alocutário, e como tal, revelam a sua construção no discurso:

¹⁷ Não negamos que determinadas marcas possam aludir ao alocutário, o que seria um contra-senso à nossa tese de que tudo em um enunciado funciona visando o alocutário. Porém, pré-fixar essas marcas pressupõe uma tese contrária: existem certas marcas superficiais no enunciado que nunca se relacionam ao alocutário.

¹⁸ Vale lembrar que falamos de locutor em termos discursivos e não de um ser do mundo, consciente do seu dizer.

1. Ponto de vista X de um enunciador assimilado ao alocutário sobre A, em que A é um conteúdo de qualquer natureza¹⁹;
2. Ponto de vista Y de um enunciador assimilado ao alocutário e a terceiros sobre A, em que A é um conteúdo de qualquer natureza;
3. Ponto de vista Z de um enunciador assimilado ao locutor sobre B, em que B é um conteúdo sobre o alocutário;
4. Ponto de vista W de um enunciador assimilado ao locutor sobre C, em que C é um conteúdo sobre o alocutário e terceiros.

Apresentado o nosso construto teórico para o tratamento do alocutário implicado no discurso do *eu*, prometido no início desta tese, passemos aos nossos próximos objetivos, quais sejam, o de elaborar um instrumento para a análise do *tu* construído, o de testar a nossa proposta em discursos autênticos e o de discutir sobre as implicações pedagógicas dos resultados obtidos^{20 21}.

¹⁹ Entendamos por “conteúdo de qualquer natureza” aquele que não é sobre o alocutário.

²⁰ Para encerrar esta seção, não poderíamos deixar de mencionar o trabalho sobre polifonia desenvolvido por Nølke, Fløttum e Norén (2004), cujas pesquisas estão reunidas sob o título ScaPoLine (la théorie SCAndinave de la POlyphonie LINGuistiquE). Esse grupo de estudos parte das concepções ducrotianas sobre a polifonia, mas redireciona-as para a análise de textos. O objetivo dos teóricos é desenvolver um aparelho operacional de análises textuais. Entre os elementos discursivos analisados, incluem a imagem do “alocutário” como ser de discurso e a imagem do “alocutário” como indivíduo psíquico das interações. Contudo, acreditam os autores, é suficiente observar os “pontos de vista” apresentados no discurso, e é desnecessário trabalhar com o conceito de “enunciador” para analisar os textos. Esse posicionamento leva os autores a restringirem-se a examinar apenas as marcas formais, quando observam o alocutário. Nesse sentido, se, por um lado, o nosso trabalho aproxima-se do da ScaPoLine, por levar a análise polifônica para os discursos, por outro, distancia-se dele, porque vê nas noções de “enunciador” e de “assimilação dos enunciadores” as bases para o exame do alocutário.

²¹ Outro estudo que merece destaque é o de Perrin (2004) que discorre sobre o locutor e o alocutário enquanto seres do mundo versus o locutor e o alocutário enquanto seres discursivos, a partir das reflexões de Bakhtin, Bally e Ducrot.